

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas referentes ao período de
três meses findo em 31 de março de 2025**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	9

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024			31/03/2025	31/12/2024		
Caixa e equivalentes de caixa	34.(iii).d	8.361	37.195	495.034	596.753	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	1.229.531	900.670	1.326.681	950.843
Aplicações financeiras	10	2.167	6.212	8.983.118	8.177.622	Fornecedores		738	613	307.090	294.417
Contas a receber de clientes	11	-	-	1.804.907	1.676.344	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	21	-	-	3.598.767	3.319.165
Estoques		-	-	385.343	366.428	Débitos de operações de assistência à saúde		-	-	56.082	99.570
Tributos a recuperar	12	275.755	219.386	1.227.572	1.002.411	Obrigações sociais	22	28.434	43.352	826.970	832.818
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	14	313.880	-	-	-	Tributos e contribuições a recolher	23	68.050	23.469	596.584	506.630
Despesa de comercialização diferida	13	-	-	361.291	360.469	Imposto de renda e contribuição social	33.a	-	-	86.659	30.300
Outros ativos	15	17.295	13.031	320.843	334.117	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14 e 26.c	593	593	605	605
		617.458	275.824	13.578.108	12.514.144	Arrendamentos a pagar	20	-	15	550.293	522.707
Ativos líquidos de controladas destinados para venda	17.(c)	-	-	159.326	-	Instrumentos financeiros derivativos	34	-	-	201.635	201.229
		-	-	-	-	Outros débitos com partes relacionadas	14	266.413	242.720	3.961	3.997
		-	-	-	-	Outras contas a pagar	25	25.385	20.392	206.091	400.680
Total do ativo circulante		617.458	275.824	13.737.434	12.514.144			1.619.144	1.231.824	7.761.418	7.162.961
Aplicações financeiras	10	81	78	472.722	480.629	Total do passivo circulante		1.619.144	1.231.824	7.761.418	7.162.961
Ativo fiscal diferido	33.b	2.148.231	2.070.635	3.707.432	3.614.332	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	11.627.664	11.620.110	11.817.732	11.803.848
Depósitos judiciais	24	9.210	8.026	1.345.129	1.211.903	Tributos e contribuições a recolher	23	-	-	115.279	124.004
Despesa de comercialização diferida	13	-	-	629.852	625.584	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	21	-	-	90.893	42.519
Instrumentos financeiros derivativos	34	-	-	2.560	12.579	Arrendamentos a pagar	20	-	152	3.087.434	3.242.285
Outros créditos com partes relacionadas	14	940	1.359	3.246	3.246	Passivo fiscal diferido	33.b	-	-	1.825.222	1.720.992
Outros ativos	15	11.257	13.118	87.835	96.027	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	24	3.159	2.707	1.553.984	1.418.568
		2.169.719	2.093.216	6.248.776	6.044.300	Instrumentos financeiros derivativos	34	-	-	2.674	-
Total do realizável a longo prazo		2.169.719	2.093.216	6.248.776	6.044.300	Outras contas a pagar	25	13.814	15.400	1.267.166	1.232.801
Investimentos	16	59.256.166	59.222.984	5.952	5.796			11.644.637	11.638.369	19.760.384	19.585.017
Imobilizado	17	3.239	3.587	7.085.222	7.388.792	Patrimônio líquido	26				
Intangível	18	67	71	49.229.038	49.522.157	Capital social		38.866.199	38.866.199	38.866.199	38.866.199
		61.429.191	61.319.858	62.568.988	62.961.045	Ações em tesouraria		(623.474)	(623.188)	(623.474)	(623.188)
Total do ativo não circulante		61.429.191	61.319.858	62.568.988	62.961.045	Reserva de capital		9.881.077	9.875.024	9.881.077	9.875.024
		61.429.191	61.319.858	62.568.988	62.961.045	Reserva legal		201.486	201.486	201.486	201.486
		61.429.191	61.319.858	62.568.988	62.961.045	Reserva de lucros		590.187	590.251	590.187	590.251
		61.429.191	61.319.858	62.568.988	62.961.045	Outros resultados abrangentes		(187.114)	(184.283)	(187.114)	(184.283)
		61.429.191	61.319.858	62.568.988	62.961.045	Lucro acumulado do período		54.507	-	54.507	-
		61.429.191	61.319.858	62.568.988	62.961.045	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		48.782.868	48.725.489	48.782.868	48.725.489
		61.429.191	61.319.858	62.568.988	62.961.045	Participação de não controladores		-	-	1.752	1.722
		61.429.191	61.319.858	62.568.988	62.961.045			-	-	1.752	1.722
		61.429.191	61.319.858	62.568.988	62.961.045	Total do patrimônio líquido		48.782.868	48.725.489	48.784.620	48.727.211
		61.429.191	61.319.858	62.568.988	62.961.045			48.782.868	48.725.489	48.784.620	48.727.211
Total do ativo		62.046.649	61.595.682	76.306.422	75.475.189	Total do passivo e patrimônio líquido		62.046.649	61.595.682	76.306.422	75.475.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	28	-	-	7.499.509	6.991.447
Custos dos serviços prestados	29	-	-	(5.362.309)	(4.916.913)
Lucro bruto		-	-	2.137.200	2.074.534
Despesas de vendas	30	-	-	(557.953)	(551.220)
Despesas administrativas	31	(255.756)	(276.672)	(1.173.266)	(1.121.924)
Resultado de equivalência patrimonial	16	621.619	433.391	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		1.567	1.056	27.189	6.269
Subtotal		367.430	157.775	(1.704.030)	(1.666.875)
Lucro/(Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		367.430	157.775	433.170	407.659
Receitas financeiras	32	921	6.069	431.565	275.596
Despesas financeiras	32	(391.440)	(249.531)	(743.003)	(531.813)
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas		(390.519)	(243.462)	(311.438)	(256.217)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro /(prejuízo)		(23.089)	(85.687)	121.732	151.442
Imposto de renda e contribuição social correntes	33.a	-	-	(56.320)	(109.017)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	77.596	169.193	(11.130)	34.998
Lucro/(Prejuízo) líquido das operações continuadas do período		54.507	83.506	54.282	77.423
Lucro/(Prejuízo) líquido das operações descontinuadas do período		-	-	-	5.965
Lucro/(Prejuízo) líquido do período		54.507	83.506	54.282	83.388
Atribuível aos:					
Acionistas não controladores		-	-	(225)	(118)
Acionistas controladores		54.507	83.506	54.507	83.506
Lucro/(Prejuízo) por ação - básico e diluído	26.e	0,01	0,01	0,01	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	54.507	83.506	54.282	83.388
Outros resultados abrangentes a ser reclassificado para o resultado do exercício em período subsequente				
Ganho/(Perda) líquida sobre hedge de fluxo de caixa	34.(iv) (2.831)	(39.391)	(2.831)	(39.391)
Resultado abrangente total	51.676	44.115	51.451	43.997
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(225)	(118)
Acionistas controladores	51.676	44.115	51.676	44.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores									
	Notas	Capital	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	(Prejuízos)/ Lucros acumulados	Total	Participações de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
					Reserva legal	Reserva de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	2.4	38.866.199	(451.967)	9.892.386	201.486	319.893	(15.802)	-	48.812.195	1.369	48.813.564
Resultado do período		-	-	-	-	-	-	83.506	83.506	(118)	83.388
Aumento/(Redução) de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	(429)	(429)
Recompra de ações		-	(20.723)	-	-	-	-	-	(20.723)	-	(20.723)
Transações com pagamento baseado em ações		-	48.255	(133.374)	-	-	-	-	(85.119)	-	(85.119)
Ganho/(Perda) líquida sobre hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	(39.391)	-	(39.391)	-	(39.391)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	481	-	-	-	-	481	-	481
Saldos em 31 de março de 2024 (Reapresentado)	2.4	38.866.199	(424.435)	9.759.493	201.486	319.893	(55.193)	83.506	48.750.949	822	48.751.771
Saldos em 31 de dezembro de 2024		38.866.199	(623.188)	9.875.024	201.486	590.251	(184.283)	-	48.725.489	1.722	48.727.211
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	54.507	54.507	(225)	54.282
Aumento/(Redução) de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	255	255
Recompra de ações		-	(286)	-	-	-	-	-	(286)	-	(286)
Transações com pagamento baseado em ações		-	-	5.932	-	-	-	-	5.932	-	5.932
Ganho (Perda) líquida sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	34.(iv)	-	-	-	-	-	(2.831)	-	(2.831)	-	(2.831)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	121	-	(64)	-	-	57	-	57
Saldos em 31 de março de 2025		38.866.199	(623.474)	9.881.077	201.486	590.187	(187.114)	54.507	48.782.868	1.752	48.784.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	54.507	83.506	54.282	83.388
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	17 e 18	193.136	194.231	487.580
Amortização de direito de uso	17	1	2	66.785
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	21	-	-	23.548
Resultado de equivalência patrimonial	16	(621.619)	(433.391)	-
Provisão para perdas e perdas efetivas sobre créditos	11	-	-	142.214
Baixa de ativo imobilizado	17	-	-	62
Baixa do intangível	18	-	-	-
Provisão para perda de adiantamento a fornecedores		-	-	5.077
Apropriação prêmio de retenção		1.852	572	4.213
Remensurações de direito de uso/arrendamentos a pagar	17 e 20	-	-	(4.292)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	24	575	109	132.810
Ajuste a valor de mercado de aplicações financeiras		-	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	32	(155)	(5.076)	(277.392)
Perda (Ganho) com instrumentos financeiros derivativos	32	-	-	18.356
Amortização de despesas de comercialização diferidas	13	-	-	132.983
Juros e atualizações monetárias de arrendamento	20	4	5	91.032
Juros e encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	354.320	247.425	435.276
Atualizações monetárias de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	24	24	-	48.292
Atualizações monetárias SUS	25	-	-	17.821
Atualização monetária de obrigações contratuais	32	-	-	23.226
Variação cambial	32	-	-	(19.513)
Transações de pagamento baseado em ações	27	16.347	41.860	16.347
Imposto de renda e contribuição social	33	-	-	56.320
Tributos diferidos	33	(77.596)	(169.193)	11.130
		(78.604)	(39.950)	1.466.157
				1.409.491
(Aumento) diminuição das contas do ativo:				
Contas a receber de clientes		-	-	(270.777)
Estoques		-	-	(18.915)
Tributos a recuperar		(56.369)	6.111	(32.238)
Depósitos judiciais		(1.184)	262	(133.226)
Outros ativos		(4.255)	17	12.332
Despesa de comercialização diferida	13	-	-	(138.073)
Aumento (diminuição) das contas do passivo:				
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		-	-	286.607
Débitos de operações de assistência à saúde		-	-	(43.488)
Obrigações sociais		33	4.175	66.778
Fornecedores		125	1.560	37.414
Tributos e contribuições a recolher		44.581	13.735	(83.954)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	24	(147)	(138)	(45.686)
Outras contas a pagar		3.318	(3.023)	(114.821)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(92.502)	(17.251)	988.110
				1.012.642
Imposto de renda e contribuição social pagos	33	-	-	(103.053)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais continuadas		(92.502)	(17.251)	885.057
				918.768
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais descontinuadas		-	-	-
				5.621
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(92.502)	(17.251)	885.057
				924.389
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Pagamentos) Recebimentos de partes relacionadas		24.112	10.707	(36)
Aquisição de imobilizado	17	-	-	(101.818)
Aquisição de intangíveis	18	-	-	(96.829)
Dividendos recebidos		78.920	-	-
Aplicações financeiras	10	-	(6.999)	(3.715.496)
Resgates de aplicações financeiras	10	4.197	148.745	3.188.234
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento continuadas		107.229	152.453	(725.945)
				(383.404)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento descontinuadas		-	-	-
				(29.167)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		107.229	152.453	(725.945)
				(412.571)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recompra de ações próprias		(286)	(20.724)	(286)
Pagamento de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	-	(750.000)	-
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(17.532)	(153.861)	(25.667)
Custos de transação relacionados à captações	19	(373)	191	(373)
Aquisição de controladas - Pagamentos	25	-	-	(68.629)
Pagamento de arrendamento	20	(4)	(6)	(132.422)
Pagamento de plano de remuneração baseado em ações - <i>Stock grant</i>		-	(19.987)	-
Pagamento de plano de remuneração baseado em ações com liquidação em caixa		(25.366)	-	(25.366)
(Pagamento) / Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		-	-	(8.088)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento continuadas		(43.561)	(944.387)	(260.831)
				(1.109.166)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento descontinuadas		-	-	-
				8.666
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		(43.561)	(944.387)	(260.831)
				(1.100.500)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa de operações continuadas		(28.834)	(809.185)	(101.719)
				(573.802)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas		-	-	-
				(14.880)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(28.834)	(809.185)	(101.719)
				(588.682)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.195	857.991	596.753
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		8.361	48.806	495.034
Variação de Caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas		-	-	-
				(14.880)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(28.834)	(809.185)	(101.719)
				(588.682)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas (1)	1.675	1.650	7.617.545	7.054.931
Receita de contrato com cliente	-	-	7.731.584	7.223.631
Outras receitas	1.675	1.650	28.175	(2.248)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	-	-	(142.214)	(166.452)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	(5.368)	(8.484)	(4.920.704)	(4.589.733)
Materiais, energia e outros	(742)	(1.006)	(1.060.880)	(930.921)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(4.626)	(7.478)	(3.546.158)	(3.343.016)
Despesas de comercialização	-	-	(313.666)	(315.796)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	(3.693)	(6.834)	2.696.841	2.465.198
Depreciação e amortização (4)	(193.137)	(194.233)	(554.365)	(543.872)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	(196.830)	(201.067)	2.142.476	1.921.326
Valor adicionado recebido em transferência (6)	622.175	439.107	431.174	275.210
Resultado da equivalência patrimonial	621.619	433.391	-	-
Receitas financeiras	921	6.069	431.565	275.596
Outras	(365)	(353)	(391)	(386)
Valor adicionado das operações continuadas a distribuir (5) + (6) = (7)	425.345	238.040	2.573.650	2.196.536
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir (8)	-	-	-	5.965
Valor adicionado total a distribuir (7) + (8)	425.345	238.040	2.573.650	2.202.501
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	55.684	70.526	1.068.422	996.489
Remuneração direta	55.714	70.435	930.994	863.535
Benefícios	(30)	99	127.983	95.568
F.G.T.S.	-	(8)	9.445	37.386
Impostos, taxas e contribuições	(39.600)	(165.672)	643.301	565.394
Federais	(39.620)	(165.666)	608.727	534.051
Estaduais	20	(6)	1.161	1.046
Municipais	-	-	33.413	30.297
Remuneração de capitais de terceiros	354.754	249.680	807.645	557.230
Juros	354.642	249.057	586.175	464.922
Aluguéis	2	-	29.159	10.829
Outras	110	623	192.311	81.479
Remuneração de capitais próprios	54.507	83.506	54.282	83.388
(Prejuízos)/Lucros retidos	54.507	83.506	54.507	83.506
Participação de não controladores nos prejuízos/(lucros) retidos	-	-	(225)	(118)
Valor adicionado distribuído	425.345	238.040	2.573.650	2.202.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações intermediárias individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Hapvida Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”) é uma *holding*, constituída na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil e com sede na Av. Heráclito Graça, nº 406, na cidade de Fortaleza/CE. As Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (“Companhia e suas controladas”) ou (“Grupo”). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes: (i) venda de planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica, sendo a maior parte dos atendimentos realizada nas redes clínica, ambulatorial e hospitalar própria; e (ii) venda de planos odontológicos com o serviço prestado através de rede credenciada.

A Hapvida Participações e Investimentos S.A. obteve o registro de empresa de capital aberto em 20 de abril de 2018 e iniciou as negociações de suas ações no segmento especial Novo Mercado na [B]³ - Brasil, Bolsa, Balcão, no dia 25 de abril de 2018, sob o código HAPV3.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Sócio	Quantidade de Ações	(%) Participação
PPAR Pinheiro Participações S.A.	2.750.848.520	37,07%
Ações em circulação	4.668.941.530	62,93%
(-) Ações em tesouraria	119.673.213	-
Total	7.539.463.263	100,00%

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas apresentaram Capital Circulante Líquido (CCL) positivo no montante de R\$ 5.976.016 (positivo em R\$ 5.351.183 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia (controladora) apresentou Capital Circulante Líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 1.001.686 (negativo em R\$ 956.000 em 31 de dezembro de 2024), em decorrência principalmente de suas obrigações advindas de debêntures no curto prazo. O Grupo possui mecanismos de gestão centralizada de caixa, de tal forma que, caso haja necessidade de caixa em determinada empresa do Grupo, as subsidiárias realizaram o remanejamento de caixa, como já praticado em exercícios anteriores. No caso da Companhia, suas controladas (principalmente operadoras), procedem à distribuição de lucros.

A Administração avaliou a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando normalmente nos próximos doze meses e, com base em sua análise, entende dispor dos recursos necessários para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A divulgação das Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2025.

2 Outros assuntos

2.1 Riscos atrelados às mudanças climáticas

Estudo de riscos e oportunidades climáticas

A Companhia e suas controladas promoveram um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia e suas controladas trabalham constantemente para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos.

O aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes de queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia e suas controladas.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

Até 31 de março de 2025, não foram identificados pela Administração impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

2.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre

Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março de 2025.

2.3 Esclarecimento sobre o ofício nº 13/2024/CVM/SEP /GEA-2

Conforme divulgado no Fato Relevante de 19 de janeiro de 2024, a Companhia, por sua controlada NotreDame Intermédica, esclarece que responde a inquérito civil, movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, instaurado para apuração de questões relacionadas a coberturas assistenciais e ao cumprimento de decisões judiciais. A NotreDame prestou os esclarecimentos pertinentes e, no dia 16 de setembro de 2024, participou de audiência preliminar, ocasião em que foram apresentados novos elementos de contextualização do tema. O procedimento está seguindo sua tramitação usual, tendo a Promotoria, mais recentemente, proposto a realização de Termo de Ajustamento de Conduta. A NotreDame entende que a proposta pode gerar um desfecho razoável, tendo em vista a possibilidade de negociação de condições que considerem o contexto do tema da judicialização que acomete o setor. Dessa forma, caso outra solução setorial não seja encaminhada junto à Promotoria, a NotreDame avaliará e discutirá os termos e condições concretas do ajustamento a ser proposto no inquérito civil, informando oportunamente os desdobramentos do procedimento.

2.4 Reapresentação das demonstrações financeiras – Cifras comparativas

Em 2024, a Companhia e suas controladas identificaram ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no reconhecimento de ativos, passivos e lucro líquido de 2023. As referidas correções afetaram o patrimônio líquido de abertura, em 31 de dezembro de 2023, e, consequentemente, o patrimônio líquido em 31 de março de 2024. As Demonstrações das mutações do patrimônio líquido, apresentadas para fins de comparação, foram ajustada e estão sendo reapresentadas.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

Havvida Participações e Investimentos S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
referentes ao período de três meses findo em
31 de março de 2025*

a) Patrimônio líquido – Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de março de 2024.

	Controladora e Consolidado					
	31 de março de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Capital social	38.866.199	-	38.866.199	38.866.199	-	38.866.199
Ações em tesouraria	(424.435)	-	(424.435)	(451.967)	-	(451.967)
Reservas de capital	9.759.493	-	9.759.493	9.892.386	-	9.892.386
Reserva legal	201.486	-	201.486	201.486	-	201.486
Reserva de lucros	599.887	(279.994) (a)	319.893	599.887	(279.994) (a)	319.893
Outros resultados abrangentes	(55.193)	-	(55.193)	(15.802)	-	(15.802)
(Prejuízos)/ Lucros acumulados	83.506	-	83.506	-	-	-
Total atribuível aos acionistas controladores	49.030.943	(279.994)	48.750.949	49.092.189	(279.994)	48.812.195
Participações de acionistas não controladores	822	-	822	1.369	-	1.369
Patrimônio líquido total	49.031.765	(279.994)	48.751.771	49.093.558	(279.994)	48.813.564

(a) O saldo de Reserva de lucros referente ao 1º trimestre de 2024 reflete os efeitos da reapresentação de 31 de dezembro de 2023 ocorrida no Patrimônio Líquido da Companhia e suas controladas, no montante de R\$ 279.994, conforme apresentado na Nota explicativa nº 2.6 da demonstração financeira anual individual e consolidada de 31 de dezembro de 2024, emitida em 19 de março de 2025.

3 Entidades controladas

As Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluem as seguintes controladas diretas e indiretas da Hapvida Participações e Investimentos S.A.:

Entidade		Data de aquisição	Data da incorporação	31/03/2025		31/12/2024	
				Direto	Indireto	Direto	Indireto
Hapvida Assistência Médica S.A. (a)	Plano de Saúde	-	-	100%	-	100%	-
Lifeplace Hapvida Ltda.	Agenciamento	-	-	100%	-	100%	-
Grupo HB Saúde (c)		01/01/2023					
H.B. Saúde S.A.	Plano de Saúde	-	-	-	99,98%	-	99,96%
H.B. Saúde Prestação de Serviços Médicos Ltda.	Saúde	-	-	-	99,98%	-	99,96%
H.B. Saúde Centro de Diagnóstico Ltda.	Saúde	-	-	-	99,98%	-	99,96%
Centro Integrado de Atendimento Ltda.	Saúde	-	-	-	99,98%	-	99,96%
Grupo Notre Dame Intermédica – GNDI (b)		01/02/2022					
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Plano de saúde	-	-	100%	-	100%	-
São Lucas Saúde S.A.	Plano de saúde	-	-	-	100%	-	100%
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	Saúde	-	-	-	100%	-	100%
Hospital São Lucas S.A.	Saúde	-	-	-	97,62%	-	97,62%
Clinipam – Clín. Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda	Plano de saúde	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	Saúde	-	-	-	99,96%	-	99,96%
INCORD – Inst. de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda.	Laboratorial	-	-	-	100%	-	100%
Bioimagem Diag. por Imagem e Lab. de Análises Clín. Ltda	Laboratorial	-	-	-	98,22%	-	98,22%
SMV Serviços Médicos Ltda.	Administração	-	-	-	99,62%	-	99,62%
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	Saúde	-	-	-	100%	-	100%
Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	-	-	-	100%	-	100%
Hospital do Coração de Londrina Ltda.	Saúde	-	-	-	100%	-	100%
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	Plano de saúde	-	-	-	99,96%	-	99,96%
Hospital e Maternidade Maringá S.A.	Saúde	-	-	-	100%	-	100%
IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	Saúde	-	-	-	99,88%	-	99,88%
Hospital Varginha S.A.	Saúde	-	-	-	99,91%	-	99,91%
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	Saúde	-	-	-	100%	-	100%
CCG Participações S.A.	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Centro Clínico Gaúcho Ltda.	Plano de saúde	-	-	-	100%	-	100%
Hospital do Coração Duque de Caxias Ltda.	Saúde	-	-	-	100%	-	100%

As principais empresas controladas operam com as seguintes atividades:

(a) Hapvida Assistência Médica S.A.

Iniciou suas operações em 15 de julho de 1991, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 36.825-3. Tem por objeto social principal a venda de planos de saúde e odontológico focados na prestação de serviços de assistência à saúde, através da rede de empresas de atendimentos hospitalar, clínico e ambulatorial, sob controle comum da Companhia e suas controladas.

(b) Grupo Notre Dame Intermédica – GNDI

Fundado em 1968 e domiciliado no Brasil, com sede em São Paulo/SP, o Grupo Notre Dame Intermédica opera planos de saúde, planos odontológicos e saúde ocupacional. Sua Rede Própria de Atendimento conta com uma estrutura robusta de hospitais, centros clínicos, prontos socorros autônomos, centros de medicina preventiva, pontos de coleta de análises clínicas, unidades para exames de imagem e centros de saúde exclusivamente dedicados aos idosos.

(c) Grupo HB Saúde

Fundado em 1998, o Grupo HB Saúde é composto por operadora de saúde de mesmo nome, por hospital, unidades ambulatoriais, clínica infantil, centros clínicos e de diagnóstico, espaços de medicina preventiva, ocupacional e centro oncológico, localizados majoritariamente nos municípios de São José do Rio Preto e Mirassol, em São Paulo. A região de atuação engloba, além de São José do Rio Preto, as regiões de Barretos, Fernandópolis, Votuporanga, Catanduva, Araçatuba, Três Lagoas e Uberaba.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade

(a) Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com exceção da aplicação do Pronunciamento Técnico IFRS 17 (CPC 50) - ‘Contrato de Seguro’, norma contábil vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os contratos de seguros estão reconhecidos, mensurados e divulgados nessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o IFRS 4 (CPC 11) - ‘Contratos de Seguro’.

(b) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas

contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes, baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas definidas. São aplicados julgamentos para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico de recebíveis da Companhia e suas controladas, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício;
- **Nota explicativa nº 13** - Despesas de comercialização diferidas. Identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, conseqüentemente, sua apropriação ao resultado contábil do período/exercício;
- **Nota explicativa nº 17** - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período/exercício;
- **Nota explicativa nº 18** - Intangível. Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período/exercício. Teste de eventuais perdas (*impairment*) no ágio. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, por consultoria especializada externa contratada pela Companhia e suas controladas, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração;
- **Nota explicativa nº 20** – Arrendamentos a pagar e *Sale & Leaseback* (SLB). A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. *Sale & Leaseback* (SLB): A determinação de ganho ou perda na operação, baseado no valor justo dos ativos vendidos.
- **Nota explicativa nº 21** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Determinação da metodologia atuarial para estimar os sinistros já ocorridos e não

avisados (PEONA e PEONA SUS). Determinação da metodologia atuarial para estimar os fluxos de caixa futuros e definição da taxa de desconto aplicada no Teste de Adequação de Passivos (TAP);

- **Nota explicativa nº 24** – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos;
- **Nota explicativa nº 27** – Plano de remuneração baseado em ações. Determinação da metodologia para precificação das opções nas datas de outorga das ações;
- **Nota explicativa nº 33** – Imposto de renda e contribuição social diferidos. Determinação da realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas; e
- **Nota explicativa nº 34** – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. Determinação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias da Companhia e suas controladas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com possibilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir:

- **Nota explicativa nº 11** - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes, baseadas nas estimativas futuras ao final de cada período/exercício e no histórico de recebíveis da Companhia e suas controladas, nas condições existentes de mercado;
- **Nota explicativa nº 13** - Despesas de comercialização diferidas. Identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, conseqüentemente, sua apropriação ao resultado contábil do período/exercício;
- **Nota explicativa nº 17** - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período/exercício;

- **Nota explicativa nº 18** - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período/exercício. Teste de eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, por consultoria especializada externa contratada pela Companhia e suas controladas, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração;
- **Nota explicativa nº 20** – Arrendamentos a pagar. Determinação do prazo de arrendamento e definição da taxa de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento. A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.
- **Nota explicativa nº 21** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Determinação da metodologia atuarial para estimar os sinistros já ocorridos e não avisados (PEONA e PEONA SUS). Determinação da metodologia atuarial para estimar os fluxos de caixa futuros e definição da taxa de desconto aplicada no Teste de Adequação de Passivos (TAP);
- **Nota explicativa nº 24** - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos;
- **Nota explicativa nº 27** – Plano de remuneração baseado em ações. Determinação da metodologia para precificação das opções nas datas de outorga das ações; e
- **Nota explicativa nº 33** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. Determinação da realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(c) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças e Mercado de Capitais.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos da norma CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas utilizam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período/exercício das Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 20** – Arrendamentos a pagar – Operação de *Sale & Leaseback*; e
- **Nota explicativa nº 34** – Instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo (conforme descrito a seguir) e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- instrumentos financeiros derivativos (a cada data-base);
- aplicações financeiras – fundos de investimentos (a cada data-base); e
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio (a cada data-base).

8 Políticas contábeis materiais

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, salvo indicação contrária.

(a) Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos

imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se o pagamento for classificado como instrumento patrimonial, então ele não é remensurado e a liquidação é registrada no patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, e as alterações subsequentes ao valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia e suas controladas controlam uma entidade quando estão expostas a, ou têm direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e têm a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras/intermediárias das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras/intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras/intermediárias individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas via método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

(iv) Perda de controle

Quando a Companhia e suas controladas perdem o controle sobre uma controlada, os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada são desreconhecidos. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retêm qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Receita de contratos de seguros e de contratos com clientes

A Companhia e suas controladas atuam comercializando planos de assistência à saúde e odontológica e na prestação de serviços clínicos, hospitalares, laboratoriais e de diagnóstico.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Os planos de assistência à saúde e odontológicos são tratados de acordo com os requerimentos do CPC 11 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Companhia e suas controladas adotam como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes.

(i) Receitas de Contraprestação

Os serviços de assistência à saúde e odontológica são realizados por meio de seus hospitais e rede credenciada. A Companhia e suas controladas avaliaram que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo, dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro rata* dia – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

(ii) Receitas de outras atividades

São receitas geradas pelo atendimento médico-hospitalar a terceiros e que são reconhecidas mediante a efetiva prestação dos serviços e quando benefícios econômicos decorrentes da transação são considerados prováveis.

(c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Sua mensuração é realizada com base nas taxas de impostos decretadas na data-base.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i.1 Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia e suas controladas realizaram o levantamento e a classificação de posições fiscais, bem como avaliaram possíveis impactos quantitativos e qualitativos para fins de divulgação, sendo contemplados:

- Identificação dos tratamentos fiscais incertos;
- Classificação e avaliação dos tratamentos fiscais incertos;

Com base nos procedimentos internos adotados pela Companhia e suas controladas, concluiu-se que não houve qualquer efeito relevante que requeresse ajustes contábeis nas provisões tributárias em função de incertezas no tratamento fiscal.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras/intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro/prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, na extensão em que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Grande parcela do ativo fiscal diferido do Grupo é constituída sobre bases negativas e prejuízos fiscais.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas em que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data-base, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data-base e ajustados caso seja apropriado.

(e) Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data-base e ajustados caso seja apropriado.

(f) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho do portfólio é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também

desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos – Contabilidade de hedge*

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros relacionados a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários e contratos de fluxo de caixa firmados com instituições financeiras.

Uma relação de *hedge* qualifica-se para contabilidade de *hedge* segundo apenas se, todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- (a) no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- (b) espera-se que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- (c) a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente mensurada, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente mensurados;
- (d) o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como sendo altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações financeiras/intermediárias para o qual o *hedge* foi designado.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos instrumentos financeiros derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros e fluxos de caixa em moeda estrangeira no início da operação e em bases contínuas.

Em 31 de março de 2025, os instrumentos financeiros derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Quando estes contratos de instrumentos financeiros derivativos forem qualificados como contabilidade de *hedge*, o risco coberto é ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Os custos de transações atribuíveis ao instrumento financeiro derivativo são reconhecidos no resultado quando incorridos. Com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

A Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, em consonância com o IAS 39. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valores mensurados a valor justo, a saber:

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parcela inefetiva do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da efetividade de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

(g) Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

(ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico, levando em considerações variáveis independentes, como tipo de cobertura, duração do contrato, quantidade de dias em que o título está atrasado e valor em aberto do cliente.

A Companhia e suas controladas adotam um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes, segregando as análises em operações para clientes corporativos (grandes contratos), corporativos pequenas e médias empresas (coletivos) e planos individuais (pessoa física), levando em consideração o fator de risco inerente em cada uma dessas relações. O modelo parte da avaliação do crédito realizada para cada perfil de cliente. Do resultado apurado, a Companhia e suas controladas analisam e comparam com as perdas históricas, a fim de verificar se o montante apurado está razoável.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data-base, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para teste de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas, consideram para definição de UGC a estrutura consolidada do grupo (nacional) que reflete mais adequadamente a forma como a administração do Grupo monitora as operações e a maneira como são tomadas as decisões sobre a continuidade de negócios. Na definição da UGC, a Companhia considera fatores qualitativos e quantitativos da operação, que são utilizados no monitoramento e na tomada de decisões diante da estratégia de verticalização do negócio e visa a ampliação das operações em outras regiões geográficas, gerando ganho de sinergia e fortalecimento da Companhia e suas controladas.

Dentre as informações analisadas pela administração, estão as revisões analíticas das receitas e sinistralidade e a rentabilidade de produtos envolvendo a criação, continuidade e descontinuidade de novos produtos de planos de saúde. Nas análises também são monitorados os custos incorridos, e comparados com as projeções estimadas, a fim de identificar eventuais distorções que venham ser oriundas de internações e cirurgias eletivas.

O teste é realizado pela metodologia “Valor em Uso”, que consiste na avaliação econômica realizada através do fluxo de caixa descontado, ou seja, na projeção das entradas e saídas de caixa decorrentes do uso de um determinado bem por um período de 5 (cinco) anos, aplicando uma taxa de desconto adequada para trazer a valor presente.

Após a realização do teste, a Companhia e suas controladas divulgam as informações listadas abaixo, mas não se limitando a elas:

- a) o valor da perda (reversão de perda) com desvalorizações reconhecidas no período e possíveis reflexos de reavaliações;
- b) a composição da unidade geradora de caixa;
- c) se o valor recuperável é o valor em uso e a taxa de desconto utilizada na avaliação; e
- d) os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da desvalorização.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(i) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores de mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas, quando relevantes. Os passivos classificados como remotos não são reconhecidos ou divulgados.

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de eventos a liquidar é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data-base, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente. A provisão de eventos a liquidar para o Sistema Único de Saúde (SUS) é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria.

A Provisão para Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

(j) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia e suas controladas avaliam se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para o fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela companhia. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia

semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são arrendatários de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando: há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa; há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual; a Companhia e suas controladas alteram sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão; há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamento de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas não reconhecem ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa, de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Sale & Leaseback (SLB)

As transações de *Sale & Leaseback* ocorrem quando a Companhia e suas controladas vende um ativo e o arrenda de volta (retroarrendamento). Estas transações são inicialmente analisadas dentro do escopo do CPC 47 - "Receita de Contrato com Cliente", com objetivo de verificar se a obrigação de desempenho foi satisfeita para contabilizar a venda do bem. Atendido tal requerimento, a determinação do reconhecimento do resultado de transações de SLB utiliza como referência o valor justo do bem negociado. Para bens novos, a fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante, considerando as condições do bem.

Para o cálculo de determinação do valor justo, a Companhia e suas controladas contrataram consultoria independente para suportar a conclusão da Administração, com emissão de laudo técnico. A avaliação foi realizada através do Método da Capitalização da Renda (*Income Capitalization Approach*), onde determina-se o valor de venda do imóvel pela capitalização da renda líquida possível de ser auferida, através da análise de um fluxo de caixa descontado, que considera todas as receitas e despesas para essa operação, descontado a uma taxa que corresponde ao custo de oportunidade para a Companhia e suas controladas, considerando-se o nível de risco da operação. Após a definição do valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda). O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor presente dos pagamentos do arrendamento ajustado pelos pagamentos antecipados ou financiamentos adicionais.

A Companhia e suas controladas avaliam a operação de “SLB” no contexto do CPC 47 – “Receita de contratos com cliente” a fim de identificar a existência de “venda” e a satisfação da obrigação de desempenho. Uma vez identificada, a Companhia e suas controladas analisam o valor justo versus o valor de venda dos imóveis. Se os valores justos dos imóveis não equivalem ao valor de venda, as diferenças são contabilizadas como despesas antecipadas (Outros ativos) ou financiamento adicional (Outras contas a pagar), se aplicável. A Companhia e suas controladas mensuram os ganhos no “SLB” através do percentual de direito de uso transferido (obrigação de desempenho satisfeita), reconhecendo, no contexto do CPC 06 (R2) – “Arrendamentos”, o direito de uso, o passivo de arrendamento, a despesa antecipada e ganho/perda com “SLB” sobre a obrigação de performance satisfeita.

(k) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado em mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

(I) Teste de adequação de passivos (TAP)

A Companhia e suas controladas elaboram o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes a cada data-base e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado anualmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data-base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ).

O Teste de Adequação de Passivos realizados foi segregado para as carteiras de planos individuais, coletivos empresariais e coletivos por adesão.

No último exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o teste efetuado de adequação de passivos não demonstrou insuficiência.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia e suas controladas registram a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste.

9 Segmentos operacionais

A Companhia e suas controladas possuem um atendimento padronizado e uniforme em todas as regiões brasileiras. Assim, direciona sua atuação no setor de saúde suplementar e sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, proporcionando assistências médica e odontológica. Neste sentido, sua operação ocorre em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, o que reflete mais adequadamente a forma com que a Administração da Companhia e suas controladas monitora as operações e a maneira como são tomadas as decisões sobre a continuidade dos negócios.

Embora o Grupo tenha em sua estrutura organizacional diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, estes funcionam como executores dos serviços demandados pelos beneficiários dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes ao Grupo, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo é a ampliação das operações em outras regiões geográficas, gerando ganho de sinergia e fortalecimento da Companhia e suas controladas.

Dentre as informações analisadas pela Administração, são considerados fatores quantitativos e qualitativos da operação da Companhia e suas controladas, utilizados no monitoramento e na tomada de decisões, sendo determinado pelo Conselho de Administração à Diretoria Estatutária, representada pelo *Chief Executive Officer* (CEO), o recebimento e a análise das informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e sua tomada de decisões, uso de tecnologias e estratégias de *marketing* para os diferentes produtos e serviços de forma centralizada.

Toda a operação (receitas e despesas) da Companhia e suas controladas é proveniente da prestação de serviços à beneficiários localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes.

10 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão compostas da seguinte forma:

	Remuneração anual	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Títulos públicos e privados						
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	99,5% a 100,6% do CDI	Até Jan/27	-	-	197.062	225.941
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	88,54% a 100,0% CDI	Até Mar/27	-	-	77.101	74.850
Subtotal – Títulos públicos e privados			-	-	274.163	300.791
Fundos de investimentos						
Renda fixa - Ativos garantidores (a)	92,12% a 97,49% do CDI	Sem vencimento	-	-	3.742.014	3.583.296
Renda fixa - Exclusivos (b)	94,9% do CDI	Sem vencimento	2.167	6.212	5.128.719	4.661.370
Renda fixa - Não exclusivos	90,30% a 95,3% do CDI	Sem vencimento	81	78	310.944	111.890
Subtotal – Fundos de investimentos			2.248	6.290	9.181.677	8.356.556
Outros						
Outras aplicações	-	-	-	-	-	904
Total			2.248	6.290	9.455.840	8.658.251
Circulante			2.167	6.212	8.983.118	8.177.622
Não circulante			81	78	472.722	480.629

- (a) Os ativos garantidores são utilizados para lastrear as provisões técnicas das operadoras de assistência à saúde.
- (b) Os fundos exclusivos são administrados e geridos pelo Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú e Banco Bradesco. Esses fundos aplicam seus recursos em cotas de outros fundos administrados pelos bancos gestores. As políticas de investimentos dos fundos exclusivos determinam a concentração dos recursos em ativos financeiros com baixo risco de crédito (classificação ANBIMA).

A movimentação das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	6.290	227.112	8.658.251	6.459.755
Aplicações	-	51.440	3.715.496	19.706.968
Rendimentos	155	6.619	270.327	808.578
(-) Resgates	(4.197)	(278.881)	(3.188.234)	(18.316.853)
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	(197)
Saldos no final do período/exercício	2.248	6.290	9.455.840	8.658.251

Do total do saldo de aplicações financeiras consideradas restritas pela Companhia e suas controladas, o montante abaixo refere-se a *escrow* originada pelas seguintes aquisições:

Aquisição	31/03/2025	31/12/2024
Grupo São Francisco	81.262	78.887
Grupo Medical	400	389
Grupo São José	18.228	23.145
Grupo NDI MG	148.210	144.016
Clinipam	187.432	181.803
Lifecenter	-	27.803
Total	435.532	456.043

11 Contas a receber de clientes

O saldo do grupo de contas refere-se, principalmente, a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde e odontológico da Companhia e suas controladas, conforme segue:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
referentes ao período de três meses findo em
31 de março de 2025

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Composição do contas a receber (i)		
Planos de saúde e odontológicos	1.589.652	1.428.971
Convênios e particulares	619.858	691.373
Outras contas a receber de clientes	1.684	-
Subtotal	2.211.194	2.120.344
(-) Provisão para perdas do valor recuperável	(406.287)	(444.000)
Total	1.804.907	1.676.344

(i) Em 31 de março de 2025, o giro médio do contas a receber da Companhia e suas controladas era de 18 dias.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme a seguir demonstrado:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
A vencer (A)	454.770	295.061
Vencidos (B)	1.756.424	1.825.283
Até 30 dias	499.179	602.805
De 31 a 60 dias	271.840	188.203
De 61 a 90 dias	112.852	153.751
Há mais de 90 dias	872.553	880.524
Total (A) + (B)	2.211.194	2.120.344

A movimentação do Contas a receber de clientes é apresentada conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		
	Plano de saúde	Não relacionado com plano de saúde	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.084.744	476.183	1.560.927
Contraprestações líquidas	30.438.498	-	30.438.498
Receitas de assistência à saúde não relacionadas c/ planos de saúde de Operadoras	-	1.176.751	1.176.751
(-) Recebimentos	(29.967.057)	(1.050.328)	(31.017.385)
Reversão/(Constituição) de perda do valor recuperável	182.268	33.475	215.743
Reversão/(Constituição) de glosa esperada	1	15.703	15.704
(-) Baixa por perdas efetivas de créditos	(591.598)	(122.296)	(713.894)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.146.856	529.488	1.676.344
Contraprestações líquidas	7.948.728	-	7.948.728
Receitas de assistência à saúde não relacionadas c/ planos de saúde de Operadoras	-	307.574	307.574
(-) Recebimentos	(7.615.289)	(361.715)	(7.615.289)
Reversão/(Constituição) de perda do valor recuperável	49.484	(3.250)	46.234
Reversão/(Constituição) de glosa esperada	-	(8.521)	(8.521)
(-) Baixa por perdas efetivas de créditos	(171.060)	(17.388)	(188.448)
Saldos em 31 de março de 2025	1.358.719	446.188	1.804.907

A movimentação da provisão para perdas do valor recuperável do contas a receber é conforme a seguir demonstrado:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
referentes ao período de três meses findo em
31 de março de 2025

	Consolidado		
	Plano de saúde	Não relacionado com plano de saúde	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	(464.097)	(211.294)	(675.391)
Reclassificação	(233)	233	-
(Constituições)/Reversões de provisões, líquidas	182.268	49.179	231.447
Outras movimentações	(56)	-	(56)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(282.118)	(161.882)	(444.000)
Reclassificação	13	(13)	-
(Constituições)/Reversões de provisões, líquidas	49.486	(11.773)	37.713
Saldos em 31 de março de 2025	(232.619)	(173.668)	(406.287)

A Companhia se mantém focada na gestão de cobrança de recebíveis com acompanhamento constante na revisão de seus processos e das suas políticas, buscando as melhores práticas de mercado, o que tem possibilitado buscar maior recebimento de créditos inclusive dos vencidos de longa data.

A Companhia e suas controladas têm dado maior robustez à sua metodologia de análise de carteira e, por consequência, maior robustez na metodologia nas provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, incorporando na análise critérios qualitativos, como: avaliação de crédito de clientes, com sua respectiva classificação em faixas de risco distintas, com base em: i) histórico de pagamentos, atrasos, inadimplência ou deterioração financeira; ii) segregação de clientes, entre pessoa física ou jurídica (cliente público ou privado); e iii) segmento de atuação do cliente da pessoa jurídica.

Com base nos dados de cada cliente, a Companhia e suas controladas classificam e mensuram o risco de crédito da carteira para calcular de forma mais precisa sua provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa.

12 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar da Companhia e suas controladas estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda - IRPJ (i)	-	685	710.575	382.598
Contribuição Social sobre o lucro – CSLL (i)	-	-	138.909	106.970
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ii)	272.644	215.590	308.295	447.499
Crédito de previdência social	-	-	8.207	8.083
Créditos de FGTS	-	-	4.282	4.282
Créditos de PIS e COFINS	2.405	2.405	22.155	20.066
Crédito de ISS	-	-	28.662	26.613
Adiantamento de parcelamentos	706	706	4.367	4.367
Outros tributos a recuperar	-	-	2.120	1.933
Total	275.755	219.386	1.227.572	1.002.411

- (i) Saldo refere-se principalmente a recolhimento mensal antecipado do valor devido de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro onde, ao final do exercício, é realizado o encontro de contas com os impostos a recolher.
- (ii) Saldo decorrente, majoritariamente, de retenções de aplicações financeiras.

13 Despesa de comercialização diferida

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes.

A movimentação das despesas de comercialização diferidas da Companhia e suas controladas é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	986.053	978.721
Constituições	138.073	613.666
(-) Amortizações	(132.983)	(606.334)
Saldos no final do período/exercício (a)	991.143	986.053
Circulante	361.291	360.469
Não circulante	629.852	625.584

- (a) O prazo médio ponderado (em meses) dos contratos da carteira de clientes é detalhado conforme a seguir, aplicado com base nos contratos ativos que geraram despesa com comissões:

	31/03/2025
Contratos individuais	37
Contratos coletivos	65

14 Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado em 31 de março de 2025 e 2024, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativo				
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber				
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	313.880	-	-	-
Subtotal	313.880	-	-	-
Outros créditos com partes relacionadas				
Créditos com acionistas	-	-	1.258	1.258
PPAR COM Investimentos Ltda- Reembolso por quitação de dívida	-	-	1.988	1.988
Outros créditos	940	1.359	-	-
Subtotal	940	1.359	3.246	3.246
Total ativo	314.820	1.359	3.246	3.246
Passivo				
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar				
Dividendos a pagar	20	20	53	32
Juros sobre o capital próprio	573	573	573	573
Subtotal	593	593	626	605
Outros débitos com partes relacionadas				
Débitos com acionistas	2.517	2.517	2.516	2.552
Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda.	1.343	1.343	1.343	1.343
Hapvida Assistência Médica S.A. (h)	256.877	238.758	-	-
Outros débitos	5.676	102	102	102
Subtotal	266.413	242.720	3.961	3.997
Arrendamentos a pagar				
Arrendamentos a pagar com partes relacionadas (a)	-	167	1.125.657	1.294.570
Arrendamentos a pagar com partes relacionadas – LPAR Imóveis Ltda. (b)	-	-	1.022.980	847.345
Subtotal	-	167	2.148.637	2.141.915
Debêntures				
Debêntures 6ª emissão privada (g)	506.238	505.020	-	-
Notas comerciais (i)	1.728.720	1.724.561	-	-
Subtotal	2.234.958	2.229.581	-	-
Total passivo	2.501.964	2.473.061	2.153.224	2.146.517
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Transações no resultado				
Receita de serviços de assistência médica (c)	-	-	281	279
Despesa de veiculação de mídia (d)	-	-	(114)	-
Despesa com uso de bens compartilhados (e)	-	-	(336)	(731)
Juros de arrendamentos com Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda. (f)	(4)	(5)	(14.203)	(12.559)
Juros de arrendamentos com Fundação Ana Lima (f)	-	-	(595)	(787)
Juros de arrendamentos com Quixadá Participações Ltda. (f)	-	-	(10.454)	(12.591)
Juros de arrendamentos com LPAR Imóveis Ltda. (f)	-	-	(29.549)	(26.404)
Total resultado	(4)	(5)	(54.970)	(52.793)

- (a) Locação de imóveis comerciais e bens móveis destinados ao desenvolvimento das atividades econômicas, conforme contrato firmado entre partes relacionadas (Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda., Quixadá Participações Ltda. e Fundação Ana Lima, entidades não consolidadas sob controle comum dos mesmos acionistas da Companhia e suas controladas), com prazos de duração média de 20 e 40 anos, sendo pactuados com base na avaliação do valor de mercado realizado por empresas especializadas, estando previstas: a) revisão do valor-base a cada 60 meses de vigência da locação; e b) atualização anual com base na variação acumulada do IPCA.
- (b) Locação de dez imóveis (anteriormente de propriedade de controladas da Companhia), objetos da operação de *sale & leaseback* (SLB), com um veículo de investimento da Família Pinheiro (LPAI Imóveis Ltda.), controladora da Companhia. A taxa de capitalização (*cap rate*) envolvida é de 8,5% a.a., reajustado anualmente pelo IPCA, por um prazo de locação de 20 anos (com opção de renovação pelo mesmo período e opção de recompra), pela Companhia, em condições pré-determinadas.
- (c) Receitas de planos de saúde das empresas da Companhia e suas controladas com a prestação de serviços para as empresas que compõem o Sistema Opinião de Comunicação, sob controle comum dos acionistas na modalidade de planos coletivos.
- (d) Despesas de publicidade contratadas pela Companhia e suas controladas para veiculação de propaganda nas empresas pertencentes ao Sistema Opinião de Comunicação, sob controle comum dos acionistas, com o objetivo de fomentar as vendas de planos de saúde e odontologia através das ações de *marketing*.
- (e) Saldo se refere, majoritariamente, ao uso de aeronave da parte relacionada Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda. em viagens a negócios pela Administração da Companhia e suas controladas.
- (f) Efeito dos juros dos contratos de arrendamentos com partes relacionadas.
- (g) Em 29 de dezembro de 2023 foi aprovado através de ata de reunião do Conselho de Administração da Companhia e suas controladas a realização da emissão de 500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única e de colocação privada, sendo subscritas e integralizadas exclusivamente pela Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.
- (h) Contempla, majoritariamente, valores referentes ao processo de aquisição do grupo PROMED, efetuado pela Ultra Som Serviços Médico (posteriormente incorporada pela Hapvida Assistência Médica S.A., conforme Termo aditivo acordado entre as partes (vendedores PROMED x Ultra Som), em 18 de outubro de 2022. A Companhia recomprou ações em nome do vendedor, na qual, deve repassar tais valores para a sua subsidiária Hapvida Assistência Médica S.A.
- (i) Em 28 de junho de 2024 foi aprovado através da ata de reunião do conselho de administração da Companhia o Termo de emissão da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, junto à sua controlada Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A. O valor total da emissão foi de R\$ 330.000, realizada em série única, com vencimento em junho de 2034.

Em 19 de setembro de 2024 foi aprovado através da ata de reunião do conselho de administração da Companhia o Termo de emissão da 2ª emissão de notas comerciais escriturais, junto à sua controlada Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A. O valor total da emissão foi de R\$ 380.000, realizada em até duas séries, até o limite dos valores discriminados a seguir: a) R\$ 300.000 na primeira série; e b) 80.000 na segunda série.

Ainda em 19 de setembro de 2024, foi aprovado através da ata de reunião do conselho de administração da Companhia o Termo de emissão da 3ª emissão de notas comerciais escriturais, junto à sua controlada H.B. Saúde Centro de Diagnóstico Ltda. O valor total da emissão foi de R\$ 1.010.000, realizada em até três séries, até o limite dos valores discriminados a seguir: a) R\$ 410.000 na primeira série; b) 250.000 na segunda série; e c) 350.000 na terceira série.

A Companhia possui ainda as seguintes empresas ligadas, que por atender aos critérios do IAS 24 (CPC 05) – Divulgação sobre partes relacionadas, enquadram-se como partes relacionadas, embora a Companhia não tenha transações. São elas: Canadá Táxi Aéreo Ltda.; Angiomed Angiologia de Manaus Ltda.; Canadá Participações e Investimentos Ltda.; Canada Investments Ltda.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

São considerados pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas os membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria Estatutária. As despesas com remuneração total da administração foram de R\$ 32.929 no período findo em 31 de março de 2025 (R\$ 42.087 em 31 de março de 2024), abrangendo salário, pró-labore, gratificações, benefícios de curto prazo, participação nos resultados, além de incentivo de longo prazo, conforme destacado na nota explicativa nº 27.

15 Outros ativos

O saldo classificado na rubrica de Outros ativos é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	22	22	87.752	93.803
(-) Provisão para perda de adiantamento a fornecedores	(22)	(22)	(49.490)	(43.905)
Adiantamento a funcionários	152	2	36.978	38.822
Adiantamento de processos judiciais	-	-	2.041	2.041
Despesas antecipadas	6.386	1.140	101.586	49.057
Depósito caução	-	-	5.769	5.766
Prêmios de retenção a apropriar (i)	18.510	20.362	35.686	39.899
Venda São Francisco Resgate (iii)	-	-	3.659	5.212
Outros títulos a receber (ii)	3.507	4.645	184.697	239.449
Total	28.555	26.149	408.678	430.144
Circulante	17.295	13.031	320.843	334.117
Não circulante	11.260	13.118	87.835	96.027

- (i) Prêmios a apropriar pagos a executivos da Companhia, a título de tempo de permanência na Companhia.
(ii) Refere-se, majoritariamente, a contas a receber de cartão de crédito decorrente de prestação de serviços médico-hospitalares.
(iii) Valores a receber decorrentes da venda da São Francisco Resgate Ltda.

16 Investimentos (Controladora)

a. Composição

	31/03/2025			31/12/2024		
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Percentual de participação	Investimento em 31/03/2025	Investimento em 31/12/2024
Hapvida Assistência Médica S.A.	10.216.550	275.617	100%	100%	10.216.550	10.063.765
Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (NDI Saúde)	14.944.202	346.013	100%	100%	49.039.578	49.159.170
Life Place Hapvida Ltda.	38	(11)	100%	100%	38	49
Total					59.256.166	59.222.984

b. Movimentação

	Hapvida Assistência Médica S.A.	Notre Dame Intermédica Participações S.A.	BCBF Participações S.A.	NDI Saúde S.A.	Life Place Hapvida Ltda.	Total
Saldo em 01/01/2024	9.471.701	44.197.156	2.033.790	-	5	55.702.652
Amortização de mais valia de ativos	-	(580.444)	-	(193.179)	-	(773.623)
Equivalência patrimonial	787.547	490.472	37.189	380.696	(56)	1.695.848
Dividendos e JCP	(20)	-	-	(235.686)	-	(235.706)
Aumento de capital	-	505.700	-	-	-	505.700
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	494.400	-	2.000.000	100	2.494.500
Incorporação	(27.032)	(45.119.797)	(2.060.043)	47.206.872	-	-
Efeito de diluição na participação em controladas	50	12.513	(10.936)	310	-	1.937
Outros resultados abrangentes	(168.481)	-	-	-	-	(168.481)
Outras movimentações patrimoniais	-	-	-	157	-	157
Saldo em 31/12/2024	10.063.765	-	-	49.159.170	49	59.222.984
Amortização de mais valia de ativos	-	-	-	(192.926)	-	(192.926)
Equivalência patrimonial	275.617	-	-	346.013	(11)	621.619
Dividendos e JCP	(120.000)	-	-	(272.800)	-	(392.800)
Efeito de diluição na participação em controladas	-	-	-	121	-	121
Outros resultados abrangentes	(2.832)	-	-	-	-	(2.832)
Saldo em 31/03/2025	10.216.550	-	-	49.039.578	38	59.256.166

17 Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é conforme a seguir apresentada:

	Taxa média anual de depreciação	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/03/2025	Líquido 31/12/2024
Direito de uso	7,80%	4.031.937	(997.466)	3.034.471	3.182.839
Terrenos	-	439.502	-	439.502	439.502
Imóveis	2,70%	1.528.958	(361.224)	1.167.734	1.181.380
Veículos	11,60%	26.940	(22.292)	4.648	5.203
Equipamento de informática	17,30%	470.629	(362.230)	108.399	119.656
Máquinas e equipamentos	10,40%	1.857.532	(1.081.267)	776.265	775.724
Móveis e utensílios	9,80%	406.550	(226.772)	179.778	182.175
Instalações	3,30%	1.648.666	(511.145)	1.137.521	1.134.442
Imobilizado em andamento	-	236.904	-	236.904	367.871
Total		10.647.618	(3.562.396)	7.085.222	7.388.792

A seguir, é demonstrada a movimentação do imobilizado, referente ao período findo em 31 de março de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado						Bens destinados à venda (c)	31/03/2025
	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Remensuração		
Direito de uso	3.182.839	135.832	(31.757)	(66.785)	-	(185.658)	-	3.034.471
Terrenos	439.502	-	-	-	-	-	-	439.502
Imóveis	1.181.380	-	-	(14.369)	723	-	-	1.167.734
Veículos	5.203	-	(2)	(553)	-	-	-	4.648
Equipamento de informática	119.656	72	(18)	(11.356)	45	-	-	108.399
Máquinas e equipamentos (a)	775.724	41.971	(21)	(48.045)	6.636	-	-	776.265
Móveis e utensílios	182.175	6.107	(19)	(9.088)	603	-	-	179.778
Instalações	1.134.442	-	-	(14.221)	17.300	-	-	1.137.521
Imobilizado em andamento (b)	367.871	53.668	(2)	-	(25.307)	-	(159.326)	236.904
Total	7.388.792	237.650	(31.819)	(164.417)	-	(185.658)	(159.326)	7.085.222

	Consolidado						
	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Remensuração	31/12/2024
Direito de uso	2.830.204	374.356	(40.830)	(263.017)	-	282.126	3.182.839
Terrenos	459.862	2.079	4.189	-	(26.628)	-	439.502
Imóveis	1.096.603	5.419	4.983	(56.107)	130.482	-	1.181.380
Veículos	5.164	2.400	-	(2.705)	344	-	5.203
Equipamento de informática	150.905	14.232	(30)	(66.837)	21.386	-	119.656
Máquinas e equipamentos (a)	807.849	111.963	(2.041)	(149.387)	7.340	-	775.724
Móveis e utensílios	187.595	14.758	(136)	(33.608)	13.566	-	182.175
Instalações	1.021.345	5.300	(6.701)	(51.697)	166.195	-	1.134.442
Imobilizado em andamento (b)	323.031	357.326	199	-	(312.685)	-	367.871
Total	6.882.558	887.833	(40.367)	(623.358)	-	282.126	7.388.792

- (a) Saldo refere-se a equipamentos cirúrgicos, equipamentos de comunicação, máquinas e acessórios não hospitalares, aparelhos de refrigeração e ventilados.
- (b) Os saldos de imobilizado em andamento referem-se, substancialmente, a investimentos realizados em hospitais e clínicas para melhorar e expandir as instalações físicas.
- (c) A Companhia e suas controladas adquiriram imóveis com o intuito de revenda para um fundo de investimentos a ser responsável pela construção do novo Hospital Ibirapuera, localizado em São Paulo/SP. A aquisição e a venda têm como objetivo a operacionalização da transação de locação de imóvel com construção ajustada (*Build to Suit* ou BTS). Abaixo é demonstrada a movimentação do montante disponível para venda:

	31/12/2024	Adições	31/03/2025
Imóveis	-	159.326	159.326
Total	-	159.326	159.326

18 Intangível

A composição do ativo intangível é conforme a seguir apresentada:

	Taxa média anual de amortização	Consolidado			
		Custo	Amortização acumulada	31/03/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Carteira de clientes (b)	16,80%	7.763.604	(5.615.514)	2.148.090	2.451.680
Softwares	15,20%	1.068.308	(501.206)	567.102	611.057
Marcas e patentes	5,70%	2.797.433	(696.478)	2.100.955	2.143.094
Non-compete	20,00%	37.922	(37.468)	454	573
Ágio	-	44.228.142	-	44.228.142	44.228.142
Outros (a)	21,20%	197.441	(13.146)	184.295	87.611
Total		56.092.850	(6.863.812)	49.229.038	49.522.157

A seguir, é demonstrada a movimentação do intangível, referente ao período findo em 31 de março de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado					
	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	31/03/2025
Carteira de clientes (b)	2.451.680	-	-	(303.590)	-	2.148.090
Software	611.057	8	-	(43.963)	-	567.102
Marcas e patentes	2.143.094	-	-	(42.139)	-	2.100.955
Non-compete	573	-	-	(119)	-	454
Ágio	44.228.142	-	-	-	-	44.228.142
Outros (a)	87.611	96.821	-	(137)	-	184.295
Total	49.522.157	96.829	-	(389.948)	-	49.229.038

	Consolidado					
	01/01/2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2024
Carteira de clientes (b)	3.735.908	-	-	(1.284.228)	-	2.451.680
Software	378.636	7.394	(4.281)	(140.655)	369.963	611.057
Marcas e patentes	2.311.648	-	(1.720)	(166.834)	-	2.143.094
Non-compete	6.918	-	-	(6.345)	-	573
Ágio	44.228.203	-	(61)	-	-	44.228.142
Outros (a)	172.682	285.443	-	(551)	(369.963)	87.611
Total	50.833.995	292.837	(6.062)	(1.598.613)	-	49.522.157

(a) Saldos referem-se, majoritariamente, a softwares em desenvolvimento.

(b) A seguir é demonstrada a abertura das carteiras de clientes:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
referentes ao período de três meses findo em
31 de março de 2025*

Composição da carteira de clientes	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido em 31/03/2025	Saldo líquido em 31/12/2024
Promed Assistência	134.646	(134.646)	-	-
Promed Brasil	6.682	(6.682)	-	-
Promed Saúde	22.707	(22.707)	-	-
Sf Documenta	16.874	(16.874)	-	-
RN Metropolitan	32.354	(32.354)	-	-
Premium	19.937	(19.937)	-	-
Gram Jardim America Saúde	7.539	(7.539)	-	-
Gram América	4.770	(4.770)	-	-
Gram Promed	6.445	(6.445)	-	-
Sf Operadora	2.379.572	(2.178.564)	201.008	301.636
Sf Odonto	98.068	(98.068)	-	-
Sf Gsfrp Sfss	9.009	(8.531)	478	716
Sf Gsfrp Sfo	20.765	(20.765)	-	-
Gmed Medical	60.509	(60.509)	-	2.327
Gsj Operadora	51.789	(51.789)	-	-
Gndi Ndi Part	3.301.862	(2.126.623)	1.175.239	1.343.130
Uniplan	10.148	(10.148)	-	-
Freelife	7.602	(7.602)	-	-
Sta Casa Pirassununga	1.674	(1.647)	27	68
Tres Lagoas	552	(529)	23	36
Santa Casa Barretos	3.600	(3.437)	163	261
Fwbp	4.000	(3.541)	459	558
Irm Sta Casa Mis Leme	2.900	(2.447)	453	524
Medporto Assist Medica Ltda	400	(338)	62	72
Amhpla	24.434	(19.007)	5.427	6.030
Assoc Forn Cana Piracicaba	4.119	(3.204)	915	1.017
Irm Sta Casa Mis Sjrjo Preto	15.301	(9.496)	5.805	6.184
Prosaude De Araras	5.652	(3.156)	2.496	2.638
Bucal Help	901	(852)	49	70
Opsfelder Help Odonto	36	(33)	3	4
Benefit	848	(636)	212	233
Oral Brasil Planos	1.050	(721)	329	355
Apo	8.000	(4.867)	3.133	3.333
Soesp	8.533	(5.365)	3.168	3.379
Dental Norte	1.367	(820)	547	580
Cojun	125	(69)	56	59
MEDES	1.800	(1.800)	-	-
AMICO	3.100	(3.100)	-	-
CLIMEP	180	(180)	-	-
SOMED	700	(700)	-	-
CRAM	1.800	(1.800)	-	-
BENEMED	9.584	(9.584)	-	-
Plamheg	23.000	(19.575)	3.425	4.624
Samedh	18.691	(15.265)	3.426	4.361
Grupo HB	69.861	(5.333)	64.528	65.514
HRF	3.617	(2.374)	1.243	1.356
Grupo Notre Dame	8.159	(5.926)	2.233	2.233
Grupo Santamália	18.923	(18.923)	-	-
Hospital Family	17.358	(17.358)	-	-
Unimed ABC	21.892	(17.494)	4.398	4.852
Grupo Cruzeiro do Sul	18.684	(12.090)	6.594	6.859
Grupo SAMED	30.313	(24.393)	5.920	7.064
Grupo Green Line	154.271	(83.767)	70.504	72.523
Grupo Mediplan	59.122	(34.564)	24.558	25.642
Belo Dente	46.462	(29.341)	17.121	17.903
Grupo São José	6.378	(4.937)	1.441	1.539
Grupo São Lucas	111.005	(56.691)	54.314	57.014
Grupo Clinipam	178.804	(141.472)	37.332	42.175
Ecole	15.031	(12.302)	2.729	3.222
Grupo Santa Mônica	6.554	(6.554)	-	-
Lifeday	25.491	(18.551)	6.940	7.981
Climepe	41.833	(21.235)	20.598	21.284
Bio Saúde	29.661	(22.572)	7.089	8.499
Grupo Medisanitas	223.671	(56.763)	166.908	170.456
Grupo Serpram	41.093	(16.727)	24.366	24.949
Grupo CCG	301.796	(79.425)	222.371	228.420
Total	7.763.604	(5.615.514)	2.148.090	2.451.680

Ágio

Os saldos de ágio (ativo intangível com vida útil indefinida) foram submetidos a teste de recuperabilidade no último exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia e suas controladas realizam o teste de recuperabilidade anualmente.

Para o período findo em 31 de março de 2025, não foram observados indicativos contrários a essa conclusão.

A Companhia e suas controladas elaboraram o teste de *impairment* considerando o histórico de combinações de negócios, compostas na tabela a seguir:

Composição do ágio	31/03/2025
Grupo NDI	30.799.552
Grupo São Francisco	1.679.040
Grupo Promed	1.756.282
Grupo América	305.399
Medical	194.406
São José	236.656
Premium	262.413
Madrecor	68.043
Octaviano Neves	109.158
Luis França	16.064
RN Metropolitan	32.723
São Lucas	39.058
Cariri	6.603
Cetro	23.682
Parauapebas	11.117
Sagratcor	15.022
Viventi	19.234
Grupo HB	533.177
Grupo Notre Dame	480.134
Grupo Santamália	125.405
Hospital Family	79.030
Unimed ABC	71.476
SAMCI/IBRAGE	24.052
Hospital São Bernardo	153.509
Grupo Nova Vida	151.673
Grupo Cruzeiro do Sul	60.578
Grupo SAMED	196.737
Grupo Green Line	832.941
Grupo Mediplan	230.334
Hospital Jacarepaguá	48.118
Belo Dente	23.916
Grupo Ghelfond	163.187
Grupo São José	94.264
Grupo São Lucas	218.093
Grupo Clinipam	2.313.674
Ecole	39.633
LabClin	4.464
Hospital Coração Balneário Camboriú	37.945
Grupo Santa Mônica	130.829
Hospital e Maternidade Santa Brígida	22.882
Lifeday	114.405
Lifecenter	211.719
Climepe	91.023
Bio Saúde	77.594
Hospital do Coração de Londrina	197.179
Grupo NDI MG	855.856
Hospital e Maternidade Maringá	50.117
Grupo Serpram	112.354
Casa de Saúde Maternidade Santa Martha	129.861
Grupo CCG	700.591
Hospital do Coração Duque de Caxias	55.818
Outros	21.122
Total	44.228.142

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas apresentaram uma análise de sensibilidade das premissas-chave utilizadas no cálculo de recuperabilidade da UGC, na data-base de 31 de dezembro de 2024, conforme nota explicativa nº 34.(iii).(a).

De acordo com a análise de recuperabilidade elaborada por consultor independente contratado pela Companhia e suas controladas para suportar a conclusão da Administração, para o último exercício findo em 31 de dezembro de 2024, concluiu-se que o valor em uso da UGC era superior ao seu respectivo valor contábil, indicando que não existiam indícios de perda por redução ao valor recuperável.

19 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Composição

Tipo	Vencimento	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
			31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Capital de giro	Até Ago/27	CDI + 1,37% a.a.	-	-	265.082	289.035
Nota comercial – 1ª emissão - Santa Martha	Jun/34	Prefixado	332.485	331.685	-	-
Nota comercial – 2ª emissão - Santa Martha	Set/34	Prefixado	381.774	380.856	-	-
Nota comercial – 3ª emissão - H.B. Saúde C.D.	Set/34	Prefixado	1.014.460	1.012.020	-	-
Debêntures 1ª emissão – Hapvida Participações	Até Jul/26	109% a 110,55% CDI	241.911	248.112	241.911	248.112
Debêntures 2ª emissão – Hapvida Participações	Até Abr/29	CDI + 1,45% a 1,65% a.a.	2.631.272	2.544.930	2.631.272	2.544.930
Debêntures 3ª emissão – Hapvida Participações	Mai/29	CDI + 1,60% a.a.	2.095.623	2.026.513	2.095.623	2.026.513
Debêntures 5ª emissão – Hapvida Participações	Jan/30	CDI + 1,75% a.a.	1.030.672	996.210	1.030.672	996.210
Debêntures 6ª emissão privada – Hapvida Participações	Jan/30	Prefixado	506.238	505.020	-	-
Debêntures 7ª emissão – Hapvida Participações	Mai/31	CDI + 1,60% a.a.	1.045.550	1.010.963	1.045.550	1.010.963
Debêntures 8ª emissão – Hapvida Participações	Até Out/32	CDI + 1,10% a 1,20% a.a.	2.101.145	2.034.338	2.101.145	2.034.338
Debêntures 4ª emissão - Hapvida Participações (ii)	Set/25	CDI + 2,65% a.a.	49.119	50.453	49.119	50.453
Debêntures 5ª emissão - Hapvida Participações (ii)	Nov/25	CDI + 2,65% a.a.	154.190	148.453	154.190	148.453
Debêntures 6ª emissão - Hapvida Participações (ii)	Out/27	CDI + 1,45% a.a.	1.272.756	1.231.227	1.272.756	1.231.227
CRI – Hapvida Assistência Médica (i)	Dez/31	IPCA + 5,7505%	-	-	1.188.135	1.142.486
CRI – NDI Saúde – 1ª série (iii)	Dez/27	CDI + 0,75% a.a.	-	-	554.579	536.645
CRI – NDI Saúde – 2ª série (iii)	Dez/29	IPCA + 7,0913 a.a.	-	-	407.145	392.073
CRI – NDI Saúde – 3ª série (iii)	Dez/34	IPCA + 7,2792 a.a.	-	-	107.234	103.253
Total			12.857.195	12.520.780	13.144.413	12.754.691
Circulante			1.229.531	900.670	1.326.681	950.843
Não circulante			11.627.664	11.620.110	11.817.732	11.803.848

- (i) Transação com instrumento de *hedge* contratado, visando *swap* da taxa IPCA + 5.7505% para a taxa de 107,50% do CDI. Com a incorporação da Ultra Som Serviços Médicos S.A. na Hapvida Assistência Médica S.A., em 1º de dezembro de 2023, esta assumiu a dívida anteriormente detida pela Ultra Som Serviços Médicos S.A.
- (ii) Debêntures cedidas pela antiga controlada BCBF Participações S.A. à Companhia, passando a Companhia a figurar como emissora das respectivas debêntures, para todos os fins e efeitos. A cessão está inserida no contexto de simplificação da estrutura societária da Companhia.
- (iii) Em 28 de março de 2024, a controlada BCBF Participações S.A. (BCBF) foi incorporada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A., passando essa a deter o Certificado de Recebíveis Imobiliários – “CRI” anteriormente emitido pela BCBF.

b. Movimentação

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Nota Comercial	Total	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	9.410.414	-	9.410.414	247.728	9.191.640	2.087.046	11.526.414
Captação	3.000.000	1.720.000	4.720.000	260.000	3.000.000	-	3.260.000
Apropriação dos custos de emissão	10.610	-	10.610	-	11.275	8.147	19.422
Juros incorridos	1.060.667	4.561	1.065.228	15.556	1.074.720	240.718	1.330.994
Pagamento de principal	(1.534.964)	-	(1.534.964)	(260.000)	(1.801.631)	-	(2.061.631)
Pagamento de juros e variação cambial	(1.134.101)	-	(1.134.101)	(39.635)	(1.168.398)	(161.454)	(1.369.487)
Variação cambial	-	-	-	65.386	-	-	65.386
Custos de emissão	(16.407)	-	(16.407)	-	(16.407)	-	(16.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.796.219	1.724.561	12.520.780	289.035	10.291.199	2.174.457	12.754.691
Apropriação dos custos de emissão	2.500	-	2.500	-	2.500	1.982	4.482
Juros incorridos	347.662	4.158	351.820	3.697	346.444	80.653	430.794
Pagamento de juros e variação cambial	(17.532)	-	(17.532)	(8.135)	(17.532)	-	(25.667)
Variação cambial	-	-	-	(19.514)	-	-	(19.514)
Custos de emissão	(373)	-	(373)	-	(373)	-	(373)
Saldos em 31 de março de 2025	11.128.476	1.728.719	12.857.195	265.083	10.622.238	2.257.092	13.144.413

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas são garantidos por: (i) fiadores, (ii) alienação fiduciária dos bens hospitalares financiados, ou (iii) aplicações financeiras mantidas nas mesmas instituições onde os créditos foram contratados.

Os contratos de abertura de crédito de capital de giro possuem cláusulas contratuais restritivas próprias da natureza da operação, que, na hipótese de não serem atendidas, podem resultar no vencimento antecipado das respectivas operações.

Tais cláusulas, dentre outras condições, exigem que a Companhia e suas controladas não possuam inadimplência em suas obrigações; ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia e suas controladas, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações.

A Administração da Companhia e suas controladas avalia mensalmente o cumprimento das cláusulas contratuais de *covenants* financeiros e não financeiros, através da análise minuciosa de cada cláusula restritiva, pela respectiva área responsável da Companhia e suas controladas, formalizada em memorando. Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas estão atendendo integralmente as cláusulas e restrições contratuais relacionadas a vencimento antecipado.

c. Aging – Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os Empréstimos, financiamentos e debêntures possuíam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
2025	1.231.949	900.670	1.331.048	950.843
2026	1.135.166	1.135.222	1.391.103	1.410.679
2027	1.018.634	1.018.665	1.553.061	1.553.098
A partir de 2028	9.471.446	9.466.223	8.869.201	8.840.071
Total	12.857.195	12.520.780	13.144.413	12.754.691

d. Debêntures

d.1 Emissão das debêntures

As principais informações referentes às emissões de debêntures ativas da Companhia são detalhadas abaixo:

Emissor	Título	Modalidade	Unidades emitidas	Emissão	Vencimento final	Encargos médios	Captação
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV21	1ª Emissão - 2ª série	235.112	10/07/2019	10/07/2026	110.55% CDI	R\$ 235.112
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV12	2ª Emissão - 1ª série	1.250.000	30/10/2021	30/04/2027	CDI + 1.45% a.a.	R\$ 1.250.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV22	2ª Emissão - 2ª série	1.250.000	30/10/2021	30/04/2029	CDI + 1.65% a.a.	R\$ 1.250.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV13	3ª Emissão	2.000.000	10/05/2022	10/05/2029	CDI + 1.60% a.a.	R\$ 2.000.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV15	5ª Emissão	1.000.000	27/12/2023	27/01/2030	CDI + 1.75% a.a.	R\$ 1.000.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	BCBF 14	4ª Emissão	750.000	22/09/2020	22/09/2025	CDI + 2.65% a.a.	R\$ 750.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	BCBF 15	5ª Emissão	700.000	04/11/2020	04/11/2025	CDI + 2.65% a.a.	R\$ 700.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	BCBF 16	6ª Emissão	1.200.000	07/10/2021	07/10/2027	CDI + 1.45% a.a.	R\$ 1.200.000
Hapvida Part. e Inv. S.A. – Privada	HAPV16	6ª Emissão	500.000	29/12/2023	29/01/2030	Prefixado	R\$ 500.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV17	7ª Emissão	1.000.000	10/05/2024	10/05/2031	CDI + 1.60% a.a.	R\$ 1.000.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV18	8ª Emissão - 1ª série	1.000.000	15/10/2024	15/10/2031	CDI + 1.10% a.a.	R\$ 1.000.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV28	8ª Emissão - 2ª série	1.000.000	15/10/2024	15/10/2032	CDI + 1.20% a.a.	R\$ 1.000.000

d.2 Garantias

As debêntures de 1ª série, 2ª série e séries únicas (primeira, segunda, terceira, quinta, sétima e oitava emissão), emitidas pela Hapvida Participações e Investimentos S.A., possuem garantia fidejussória na forma de fiança prestada pela garantidora Hapvida Assistência Médica S.A., controlada da Companhia, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações assumidas.

As debêntures de série única, quarta, quinta e sexta emissão, emitidas inicialmente pela BCBF Participações S.A. e cedidas posteriormente para a Hapvida Participações e Investimentos S.A., possuem garantia fidejussória na forma de fiança prestada pela garantidora Notre Dame Intermédica Saúde S.A. – “NDI Saúde S.A.”, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações assumidas.

d.3 Condições contratuais restritivas (Covenants)

As debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) emitidos pela Companhia e suas controladas possuem cláusulas e restrições contratuais relacionadas a vencimento antecipado, incluindo, porém não limitadas, àquelas que obrigam a Companhia e suas controladas a cumprir o “índice financeiro” definido em suas respectivas escrituras, medidos trimestralmente. A seguir são apresentados os índices contratuais a serem cumpridos, por emissão:

Título	Índice financeiro requerido
HAPV21	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0
HAPV12	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0
HAPV22	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0
HAPV13	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0
HAPV15	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0
BCBF 14	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0
BCBF 15	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0
BCBF 16	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0
HAPV16	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0
HAPV17	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0
HAPV18	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0
HAPV28	Dívida líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0

Adicionalmente aos *covenants* financeiros, as debêntures e CRIs possuem cláusulas contratuais restritivas não financeiras que envolvem uma série de condições como adimplência, transferência de controle societário e outros, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas atendiam integralmente as cláusulas contratuais restritivas financeiras e não financeiras relacionadas a vencimento antecipado.

e. Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)

e.1 Emissão CRI – Ultra Som Serviços Médicos S.A. (Incorporada pela Hapvida Assistência Médica S.A.)

Em 2 de novembro de 2021, foi aprovada a outorga de garantia fidejussória pela Companhia, na forma de fiança, em garantia das obrigações assumidas pela sua controlada direta, Ultra Som Serviços Médicos S.A. (Ultra Som) no âmbito da sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única (Debêntures Ultra Som). As Debêntures Ultra Som são vinculadas à 378.ª série da 4ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Virgo Companhia de Securitização, no montante de R\$ 1.001.700, (CRI Lastro Hapvida), no contexto de uma operação de securitização. Os CRI Lastro Hapvida são objeto de distribuição pública, a qual foi realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003.

Os recursos são destinados para: i) pagamento de gastos, custos e despesas ainda não incorridos diretamente atinentes à construção, expansão, desenvolvimento e reforma de determinados imóveis e empreendimentos imobiliários; e ii) reembolso de gastos, custos e despesas, de natureza imobiliária e predeterminadas, incorridos pela Companhia e suas controladas nos 24 meses imediatamente anteriores à data de encerramento da oferta pública dos CRI, diretamente atinentes à aquisição, construção e/ou reforma de unidades de negócios localizadas nos empreendimentos lastreados nesta operação.

A captação dos recursos foi concluída em 21 de dezembro de 2021, cuja data de vencimento ocorrerá em dezembro de 2031 (Principal + correção monetária). O pagamento do *spread* é realizado de forma semestral.

Com a incorporação da Ultra Som Serviços Médicos S.A. na Hapvida Assistência Médica S.A. em 1º de dezembro de 2023, esta assumiu a dívida anteriormente detida pela Ultra Som Serviços Médicos S.A.

e.2 Emissão CRI – BCBF Participações S.A. (Incorporada pela NDI Saúde S.A.)

Em 12 de dezembro de 2022, foi celebrado pela controlada BCBF Participações S.A. o “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples. Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até três séries da 7ª emissão da Companhia. As debêntures são vinculadas à 62ª emissão, em até três séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Virgo Companhia de Securitização, no montante de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais).

O total emitido de CRI ocorreu em três séries, sendo a primeira série de 542.426 (quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e vinte e seis) CRI, segunda série de 362.151 (trezentos e sessenta e dois mil cento e cinquenta e um) CRI e terceira série de 95.423 (noventa e cinco mil quatrocentos e vinte e três) CRI.

Os recursos são destinados para: i) pagamento de gastos, custos e despesas ainda não incorridos diretamente atinentes à construção, expansão, desenvolvimento e reforma de determinados imóveis e empreendimentos imobiliários; e ii) reembolso de gastos, custos e despesas, de natureza imobiliária e predeterminadas; e iii) resgate parcial antecipado de dívidas.

A captação do recurso foi concluída em 27 de dezembro de 2022. A remuneração das três séries emitidas é como segue:

- **1ª série do CRI:** remuneração ocorrerá em 15 de dezembro de 2027 (principal + juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI) acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 0.75%;
- **2ª série do CRI:** remuneração ocorrerá em 17 de dezembro de 2029 (Principal + juros remuneratórios prefixados correspondentes a 7.0913% (sete inteiros e novecentos e treze décimos de milésimos por cento) ao ano. base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis).
- **3ª série do CRI:** remuneração ocorrerá em 15 de dezembro de 2034 (Principal + juros remuneratórios prefixados correspondentes a de 7.2792% (sete inteiros e dois mil setecentos e noventa e dois décimos de milésimos por cento) ao ano. base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Com a incorporação da BCBF Participações S.A. pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 28 de março de 2024, esta assumiu a dívida anteriormente detida pela BCBF Participações S.A.

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas atendiam integralmente as cláusulas contratuais restritivas financeiras e não financeiras relacionadas a vencimento antecipado.

20 Arrendamentos a pagar

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis com terceiros e partes relacionadas, bem como outros contratos de locação e prestação de serviços com prazos superiores a 12 meses.

a) Taxa de desconto

A Companhia e suas Controladas chegaram às taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo. Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagem junto a potenciais investidores de títulos de dívidas da Companhia e suas Controladas. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas pelo Grupo:

<u>Prazos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
Até 2 anos	10,61%
De 2 a 4 anos	10,79%
De 4 a 6 anos	9,36%
De 6 a 8 anos	9,68%
De 8 a 10 anos	10,03%
Acima de 10 anos	9,74%

b) Movimentação dos arrendamentos

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	3.764.992	3.338.009
Novos contratos (adição)	133.332	374.355
Remensurações / baixas de contratos	(219.207)	226.297
Juros incorridos	91.032	336.574
Pagamentos	(132.422)	(510.243)
Saldo no final do período/exercício	3.637.727	3.764.992
Circulante	550.293	522.707
Não circulante	3.087.434	3.242.285

c) Maturidade dos contratos

A seguir, são detalhados os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
2025	415.056	523.557
2026	531.739	498.609
2027	498.055	466.642
2028 em diante	9.198.351	8.434.503
Valor nominal	10.643.201	9.923.311
(-) Juros embutidos	(7.005.474)	(6.158.319)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	3.637.727	3.764.992

d) Informações adicionais

Conforme CPC06 (R2) e do Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do CPC 06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia e suas controladas.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27.b do ofício da CVM.

Para atender à orientação do ofício e transparência requerida, são apresentados abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais x juros efetivos, sendo que, para o cálculo da taxa efetiva, foi utilizado o índice dos contratos da Companhia e suas controladas, cuja maior parte é indexada ao IPCA, aplicada no fluxo de pagamentos anuais, sendo repetida a taxa mais longa para o fluxo futuro a partir de 5 anos.

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Fluxo nominal		
Passivos de arrendamento	10.643.201	9.923.311
(-) Juros embutidos	(7.005.474)	(6.158.319)
Total	3.637.727	3.764.992
Fluxo real efetivo inflacionado		
Passivos de arrendamento	10.980.634	10.231.402
(-) Juros embutidos	(7.227.576)	(6.349.517)
Total	3.753.059	3.881.885

21 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Provisão para Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) (a)	556.811	550.957
Provisões SUS (b)	1.193.734	1.114.044
Provisão de eventos a liquidar (c)	960.086	741.202
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (d)	975.708	951.971
Provisão para remissão	3.321	3.510
Total	3.689.660	3.361.684
Circulante	3.598.767	3.319.165
Não circulante	90.893	42.519

- (a) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor cobrado pelas operadoras da Companhia e suas controladas para cobertura de risco contratual proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do período de cobertura mensal, para apropriação como receita somente no período subsequente, quando a vigência for efetivamente incorrida.
- (b) Saldo refere-se a eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS, contemplando as notificações de cobrança já enviadas e ainda uma estimativa de futuras notificações que estão em processo de análise, calculadas conforme metodologia própria, a partir de decisão judicial. Além disso, é apresentado nessa linha o saldo da provisão para eventos ocorridos e não avisados no SUS (PEONA-SUS), esta que é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados.
- (c) A provisão para eventos a liquidar é registrada pelo valor integral informado pelos hospitais/clínicas ou pelo beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Companhia e suas controladas. Posteriormente é ajustada, se necessário, como parte do processo de regulação do sinistro.
- (d) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido informados à operadora antes do encerramento do período, a qual foi constituída com base em metodologia atuarial. Os cálculos foram obtidos com base nos triângulos de *run-off* que consideram o desenvolvimento histórico dos eventos pagos nos últimos 12 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para alguns prestadores, para os quais é possível medir o volume de serviços não faturados, esta provisão não é constituída de forma estatística e sim pelo real valor das contas que ainda não foram apresentadas.

As provisões técnicas representam o cálculo dos riscos esperados inerentes às operações de assistência à saúde das operadoras da Companhia e suas controladas, que estão sujeitas à manutenção obrigatória de garantias financeiras destinadas a cobrir tais riscos, conforme descritas a seguir:

Movimentação das provisões técnicas

	Provisões de eventos a liquidar		PEONA	Provisão para remissão	Total	
	PPCNG	Provisões SUS				
Saldos em 01/01/2024	527.779	3.065.475	762.598	990.238	3.508	5.349.598
Constituições	30.690.459	2.378.060	15.408.499	108.357	1.056	48.586.431
Compensações	-	(1.455.571)	-	-	-	(1.455.571)
Apropriações/Reversões	(30.667.281)	(3.045.551)	-	(146.624)	(1.054)	(33.860.510)
Atualizações	-	218.692	-	-	-	218.692
Liquidações	-	(47.061)	(15.429.895)	-	-	(15.476.956)
Saldos em 31/12/2024	550.957	1.114.044	741.202	951.971	3.510	3.361.684
Constituições	7.798.773	210.364	4.002.016	40.030	2.656	12.053.839
Apropriações/Reversões	(7.792.919)	(138.799)	-	(16.293)	(2.845)	(7.950.856)
Atualizações	-	19.041	-	-	-	19.041
Liquidações	-	(10.916)	(3.783.132)	-	-	(3.794.048)
Saldos em 31/03/2025	556.811	1.193.734	960.086	975.708	3.321	3.689.660

22 Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Salários a pagar	1.350	1.315	192.316	191.758
Provisão para férias e 13º salário	-	-	512.047	425.134
Premiação sobre performance a pagar (i)	-	-	71.683	166.382
Plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (ii)	27.084	42.036	27.084	42.036
Outras obrigações sociais	-	1	23.840	7.508
Total	28.434	43.352	826.970	832.818

- (i) Provisão para premiação de performance a pagar a colaboradores elegíveis da Companhia e suas controladas.
(ii) Montante a pagar referente ao plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa, conforme detalhado na nota explicativa nº 27.

23 Tributos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Imposto sobre Serviços (ISS)	-	-	48.226	33.826
Contribuição previdenciária	-	2	72.981	73.623
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	-	-	15.310	24.414
PIS e COFINS	58.158	22.547	121.642	88.293
Contribuições sindicais e assistenciais	-	-	48	48
Imposto de Renda a recolher sobre JCP	-	-	40.920	35.294
Outros	(7)	(21)	99.711	96.974
Impostos devidos a recolher	58.151	22.528	398.838	352.472
Imposto de Renda – Funcionários	10.097	1.120	71.090	45.927
Imposto de Renda – Terceiros	(14)	(14)	14.099	13.011
Imposto sobre Serviços	(28)	10	5.360	5.763
Contribuição previdenciária retida	-	-	2.431	2.187
Retenção PIS/COFINS/CSLL	(156)	(175)	38.358	37.863
Imposto de Renda retido sobre JCP	-	-	18.000	-
Impostos retidos a recolher	9.899	941	149.338	104.751
Parcelamento impostos, multas e taxas – Federal	-	-	97.933	101.952
Parcelamento impostos, multas e taxas – Municipais	-	-	2.112	2.453
Parcelamento impostos, multas e taxas – Outros	-	-	63.642	69.006
Parcelamento impostos, multas e taxas	-	-	163.687	173.411
Total	68.050	23.469	711.863	630.634
Circulante	68.050	23.469	596.584	506.630
Não circulante	-	-	115.279	124.004

24 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A Companhia e suas controladas provisionam a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas, bem como discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil.

São descritos abaixo os principais temas que compõem os processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável pela Companhia e suas controladas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Causas com prognóstico de perda provável - Natureza:				
Provisões para ações tributárias (inclui ANS)	-	-	425.849	386.691
Provisões para ações cíveis	1.588	1.998	837.848	753.948
Provisões para ações trabalhistas	1.571	709	290.287	277.929
Total	3.159	2.707	1.553.984	1.418.568

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
referentes ao período de três meses findo em
31 de março de 2025*

São detalhadas abaixo as movimentações ocorridas na provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas no período findo em 31 de março de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora
Saldos em 01 de janeiro de 2024	2.251
Adições e (reversões) líquidas	1.141
Atualização monetária	200
Pagamentos	(885)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.707
Adições e (reversões) líquidas	575
Atualização monetária	24
Pagamentos	(147)
Saldos em 31 de março de 2025	3.159

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	528.623	268.901	505.789	1.303.313
Adições e (reversões) líquidas	555.402	68.955	228.971	853.328
Atualização Monetária	55.404	14.518	11.661	81.583
Pagamentos	(287.302)	(51.738)	(260.532)	(599.572)
Compensações	(98.179)	(22.707)	(99.198)	(220.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	753.948	277.929	386.691	1.418.568
Adições e (reversões) líquidas	84.313	13.875	34.622	132.810
Atualização Monetária	36.885	6.871	4.536	48.292
Pagamentos	(37.298)	(8.388)	-	(45.686)
Saldos em 31 de março de 2025	837.848	290.287	425.849	1.553.984

Segue apresentada abaixo a composição dos valores de risco oriundos de processos, judiciais e administrativos, classificados com prognóstico de perda possível, em que figura como parte a Companhia e/ou suas controladas, concernente ao período findo em 31 de março de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Causas com prognóstico de perda possível - Natureza:	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Tributárias (inclui ANS)	18.684	18.684	5.213.160	5.270.964
Cíveis	9.293	9.276	2.084.608	1.972.709
Trabalhistas	3.253	4.043	1.128.219	1.174.705
Total	31.230	32.003	8.425.987	8.418.378

Abaixo são apresentados os principais temas que compõem os processos judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável e possível pela Companhia e/ou suas controladas:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
referentes ao período de três meses findo em
31 de março de 2025

Natureza	Tema	Objeto	Provável		Possível	
			31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Cível	Ações indenizatórias - atos médicos	A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter reparação de danos sofridos por condutas médicas supostamente inadequadas. Em tais processos, os autores das ações buscam imputar à Companhia e/ou suas controladas a responsabilidade solidária pelo ato médico praticado por seus profissionais credenciados.	166.442	156.388	755.856	739.542
	Exclusão legal e/ou contratual de cobertura	A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter cobertura para serviços não abrangidos por lei e/ou contrato, podendo citar como exemplos: procedimentos estéticos, experimentais, não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS ou em desacordo com suas Diretrizes de Utilização - DUT. <i>Home Care</i> . inseminação artificial. atendimentos fora da área de abrangência geográfica, etc. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos limites assistenciais impostos por lei e/ou contrato.	208.422	192.489	286.656	242.745
	Carência contratual	A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter a cobertura assistencial do seu plano de saúde sem o devido cumprimento dos períodos de carência. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos prazos de carência previstos em lei e/ou contrato.	72.688	64.799	49.737	49.677
	Dívidas com prestadores em geral	A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por prestadores de serviços em geral que buscam obter o pagamento de valores supostamente devidos pela Companhia e/ou suas controladas com fundamentos diversos, podendo citar como exemplos: glosas de contas hospitalares, rescisões contratuais, etc.	99.018	93.201	178.580	172.779
	Outros temas cíveis	Contingências com temas diversos advindos de processos de natureza cível.	291.278	247.071	813.779	767.966
	Total - Cível			837.848	753.948	2.084.608

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
referentes ao período de três meses findo em
31 de março de 2025*

Natureza	Tema	Objeto	Provável		Possível	
			31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Trabalhista						
	Reconhecimento de vínculo empregatício	A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual, por prestadores de serviço que buscam obter o reconhecimento de um suposto vínculo empregatício mantido com a Companhia e/ou suas controladas, mesmo sem a presença dos pressupostos típicos de uma relação de emprego. Neste cenário, podemos citar como exemplo: médicos, técnicos em radiologia, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, etc.	78.759	80.398	150.377	165.108
	Verbas trabalhistas/rescisórias	A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual ou coletivo, por ex-empregados ou empregados, que buscam o recebimento de verbas trabalhistas e rescisórias concernentes ao período em que laboraram em favor da Companhia e/ou suas controladas, abrangendo: horas extras, adicionais de insalubridade e noturno, equiparação salarial, desvio e acúmulo de função, multas dos artigos 467 e 477 da CLT etc.	188.484	175.315	671.063	694.285
	Autos de Infração / NDFC / NFGC / NFRC	A contingência advém de Autos de Infração e Notificações de Débito/Fiscais relacionadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço lavrados em face da Companhia e/ou suas controladas, em que são cobradas multas administrativas e recolhimentos de FGTS oriundas de supostas infrações às normas legais que regem as relações de trabalho e emprego.	2.685	2.648	218.676	218.595
	Outros temas trabalhistas	Contingências com temas diversos advindos de processos de natureza trabalhista.	20.359	19.568	88.103	96.717
		Total - Trabalhista	290.287	277.929	1.128.219	1.174.705

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
referentes ao período de três meses findo em
31 de março de 2025

Natureza	Tema	Objeto	Provável		Possível	
			31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Tributária						
	Multas Administrativas ANS/Ressarcimento ao SUS (aspectos regulatórios)	A contingência ora tratada advém de processos administrativos e execuções fiscais movidos pela ANS, em que são cobradas multas administrativas oriundas de supostas infrações às normas reguladoras da atividade das operadoras de planos de saúde, bem como valores relativos a ressarcimento ao SUS, decorrentes de atendimentos de beneficiários da Companhia e/ou suas controladas na rede pública, com fundamento no art. 32 da Lei nº 9.656/98.	166.663	131.172	585.678	698.490
	Imposto Sobre Serviços (ISS)	A contingência ora tratada advém de processos administrativos e judiciais movidos por Secretarias da Fazenda Municipal, por meio dos quais se cobra o recolhimento do imposto sobre serviços supostamente devido pela Companhia e/ou suas controladas, em decorrência de suas atividades operacionais.	83.637	82.199	1.702.729	1.709.561
	Execuções Fiscais – Sucessão Empresarial	A contingência advém de execuções fiscais originalmente movidas em desfavor de outras operadoras de planos de saúde, nas quais a Fazenda Nacional requereu o redirecionamento para a Companhia e suas controladas, sob justificativa de suposta sucessão empresarial decorrente de operações de alienação de carteira de beneficiários.	99.051	97.408	187.824	187.824
	Assuntos Previdenciários	A contingência advém, principalmente, de autos de infração lavrados em face da Companhia e suas controladas por créditos tributários supostamente devidos em razão de irregularidades ou ausência de recolhimentos de contribuições previdenciárias, dentre outros assuntos previdenciários.	26.442	25.759	405.466	380.023
	Autos de infração – IRPJ/CSLL - Ágio	As Controladas da Companhia possuem processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança indevida do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).	-	-	1.244.653	1.224.017
	Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT	A contingência advém da aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT, determinando-se à Autoridade coautora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante. O processo encontra-se nas esferas Superiores Sobrestado.	15.279	15.026	8.371	8.232
	Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	As Controladas da Companhia possuem execuções fiscais de débitos que estão incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).	-	-	49.461	48.641
	Stock option	Pedidos de tutela provisória de urgência, em face da União (Fazenda Nacional), visando que seja julgada procedente a demanda para o fim de se declarar a inexistência de relação jurídico tributária entre as partes Autora e Ré quanto à exigência, em função dos exercícios (passados e futuros) de opções de ações nos Plano de <i>Stock Option</i> instituído em 2014. Das Companhias Autoras, de contribuições previdenciárias sobre a	-	-	636.881	626.322

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
referentes ao período de três meses findo em
31 de março de 2025*

	folha de salários e demais contribuições de terceiros (Salário-Educação, INCRA, SESC, SENAC e Sebrae) em relação aos Participantes Autores integrantes do polo ativo da presente demanda; das Companhias Autoras, de multa por suposta ausência de retenção de imposto de renda quando do exercício das opções pelos Participantes Autores integrantes do polo ativo da presente demanda; dos Autores Participantes, de imposto de renda sobre suposto rendimento decorrente do trabalho quando do exercício das opções.				
Taxa de resíduos sólidos de serviços de saúde (TRSS)	As Controladas da Companhia possuem execuções fiscais de débitos para a cobrança de débitos de Taxa de resíduos sólidos de serviços de saúde (TRSS).	-	-	10.758	10.580
Arrolamento	Pedido anulatório que visa ao cancelamento do procedimento de arrolamento de bens instaurado em face de controladas da Companhia.	-	-	85	84
Outros temas tributários	Contingências com temas diversos advindos de processos de natureza tributária.	34.777	35.127	381.254	377.190
Total – Tributária		425.849	386.691	5.213.160	5.270.964

Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais mantidos no ativo nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais tributários	665	652	361.965	353.750
Depósitos judiciais regulatórios	-	-	104.725	50.437
Depósitos judiciais cíveis	7.575	6.519	792.022	728.399
Depósitos judiciais trabalhistas	971	855	86.417	79.317
Total	9.211	8.026	1.345.129	1.211.903

25 Outras contas a pagar

O saldo desse grupo de contas está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Obrigações contratuais (a)	-	-	769.402	846.236
Depósito de terceiros	-	86	1.159	2.157
Adiantamento de clientes	80	80	16.972	28.353
Taxa de saúde suplementar	-	-	4.232	4.232
Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com plano	-	-	2.838	2.777
Provisões para plano de benefícios com empregados	-	-	12.637	15.066
Multa ANS a pagar	-	-	9.893	10.377
Adiantamento parceria instituição financeira	20.350	22.000	28.486	31.492
Prêmio de retenção a pagar (i)	12.000	12.000	12.000	12.000
Termo de Acordo PROMED (ii)	-	-	125.070	125.070
Aluguéis a pagar	-	-	-	84
Débitos diversos	6.769	1.626	490.568	555.637
Total	39.199	35.792	1.473.257	1.633.481
Circulante	25.385	20.392	206.091	400.680
Não circulante	13.814	15.400	1.267.166	1.232.801

- (i) Provisão de prêmio de retenção a pagar a executivos da Companhia, a título de tempo de permanência na Companhia.
- (ii) Em 14 de agosto de 2023, a controlada Ultra Som Serviços Médicos celebrou o “Termo de Acordo e Outras Avenças” junto a determinados vendedores do Grupo PROMED. O acordo é decorrente de negociações

relacionadas à operação de aquisição do Grupo PROMED, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de agosto de 2023.

(a) Obrigações contratuais (consolidado)

Refere-se substancialmente às contraprestações contingentes referentes às aquisições de empresas, decorrentes das combinações de negócios, conforme é demonstrada a movimentação a seguir do período findo em 31 de março de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	846.236	1.130.583
Pagamentos	(68.629)	(375.108)
Atualização Monetária	23.226	82.590
Saldos indenizatórios	(31.431)	14.207
Ajustes de Preço/Remensurações	-	(6.036)
Saldo ao final do período/exercício	769.402	846.236
Circulante	28.336	33.625
Não circulante	741.066	812.611

26 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 era composto da seguinte forma:

	31/03/2025	31/12/2024
Quantidade de ações	7.539.463.263	7.539.463.263
Capital social	39.121.274	39.121.274
Custos de emissão de ações	(255.075)	(255.075)
Total	38.866.199	38.866.199

b) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que seu valor atinja 20% do capital social.

c) Dividendos

A seguir, está demonstrada a movimentação consolidada dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:

Saldo de dividendos e JCP a pagar em 01 de janeiro de 2024	605
Saldo de dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2024	605
Saldo de dividendos e JCP a pagar em 31 de março de 2025	605

d) Ações em tesouraria

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui um saldo de R\$ 623.474, referente a ações em tesouraria, equivalente à quantidade de ações adquiridas abaixo:

Período de aquisição	Quantidade movimentada	Preço médio
2019	2.280	5,36
2021	23.178.700	13,48
2022	16.002.800	8,55
2023	5.172.492	4,76
2024	75.316.941	3,50
Total	119.673.213	-

e) Lucro/(Prejuízo) por ação

O cálculo básico de lucro/(prejuízo) por ação é realizado através da divisão do lucro/(prejuízo) líquido do período, atribuído aos acionistas controladores, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível à Companhia e suas controladas (R\$ mil)	54.282	83.388
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	54.507	83.506
Quantidade média ponderada de ações (milhares de ações)	7.573.848	7.646.823
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por ação (R\$ mil)	<u>0,01</u>	<u>0,01</u>

27 Plano de remuneração baseado em ações

Stock Option

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações com o objetivo a promover na busca de crescimento e lucratividade a longo prazo da Companhia e suas controladas, proporcionando aos profissionais que estão ou estarão envolvidos no crescimento da Companhia a oportunidade de adquirir um direito de propriedade na Companhia. com vistas a: (a) estimular a integração, expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e suas controladas; e (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Participantes.

Trata-se de programas de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, administrados pelo Conselho de Administração, cujos planos foram aprovados em 29 de março de 2021 e 30 de abril de 2021, os quais suas eficácias ficaram condicionadas ao fechamento da combinação de negócios entre a Companhia e a Notre Dame Intermédica Participações S.A., consumada em 14 de fevereiro de 2022.

Ações Outorgadas e Preço de Exercício

Foram outorgadas 125.542.812 em 14 de fevereiro de 2022 (1ª outorga) e 13.660.008 em 01 de julho de 2022 (2ª outorga) ações da Companhia aos Participantes do Plano. O Preço de Exercício de cada Opção outorgada nos termos do Plano será fixo no valor de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) por Ação.

Exercício das Opções

As Opções se tornarão exercíveis (*vested*) na medida em que os respectivos Participantes permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia e suas

controladas, conforme o caso, até o decurso dos períodos aquisitivos de direitos (*vesting*) especificados abaixo:

- 1/3 (um terço) das Opções outorgadas poderão ser exercidas a partir 31 de agosto de 2022;
- 1/3 (um terço) das Opções outorgadas poderão ser exercidas após decorridos 24 (vinte e quatro) meses contados da data de fechamento da Operação de combinação de negócios entre a Companhia e a Notre Dame Intermédica Participações S.A., ou seja, 14 de fevereiro de 2024; e
- 1/3 (um terço) das Opções outorgadas poderão ser exercidas após decorridos 36 (trinta e seis) meses contados da data de fechamento da Operação de combinação de negócios entre a Companhia e a Notre Dame Intermédica Participações S.A., ou seja, 14 de fevereiro de 2025.

Mensuração do valor justo

Utilizou-se o método de *Black & Scholes* para precificação das opções nas datas das respectivas outorgas e final de período/exercício.

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:

	1ª Outorga	2ª Outorga
Valor justo nas datas de outorga (R\$)	6,12 a 7,80	0,23 a 2,22
Preço da ação na data de outorga (R\$)	12,19	5,62
Preço de exercício (R\$)	6,50	6,50
Volatilidade esperada (média ponderada)	41,91%	52,61%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	0,55 a 3,00	0,17 a 2,64
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	11,46% a 12,23%	12,59% a 13,35%

Para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação na data, e, a volatilidade histórica (no intervalo de 12 meses).

O preço de exercício das opções foi ajustado por dividendos projetados para o período/exercício e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote.

	Plano de Opções de Compra de Ações			
	Quantidade total de ações outorgadas	Quantidade de ações canceladas (*)	Quantidade atual de ações outorgadas	Valor das Ações
1ª Outorga	125.542.812	(52.855.107)	72.687.705	505.023
2ª Outorga	13.081.874	(7.117.404)	5.964.470	8.088
Total	138.624.686	(59.972.511)	78.652.175	513.111

(*) Ações outorgadas canceladas referente a executivos da Companhia e suas controladas desligados no período.

As ações restritas são mensuradas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas como despesa, ao longo do período em que o direito é adquirido, em contrapartida ao patrimônio líquido, como opções outorgadas.

A despesa referente ao valor justo das ações restritas, reconhecida no período findo em 31 de março de 2025, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito das ações restritas, foi de R\$ 5.932 (R\$ 24.435 em 31 de março de 2024).

Plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA), realizada em 20 de dezembro de 2023, foi aprovado o novo Plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa da Companhia.

O Plano tem por objetivo conceder aos Beneficiários o direito de, extraordinariamente, receber premiação correspondente ao Valor das Ações Virtuais de Retenção*, visando promover: (a) a atração e retenção dos Beneficiários na Companhia com foco em sua permanência na Companhia e desenvolvimento de longo prazo; (b) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Plano; e (c) a valorização das ações e o potencial de crescimento da Companhia.

Ações Virtuais de Retenção

As Ações Virtuais de Retenção são definidas como unidades representativas do direito ao pagamento baseado em ações de emissão da Companhia e outorgada aos Beneficiários. Cada unidade de Ação Virtual de Retenção equivale ao valor bruto correspondente à cotação de 1 (uma) ação de emissão da Companhia no último pregão do período/exercício corrente imediatamente anterior ao término de cada Período de Carência em questão, o qual deverá ser pago ao Beneficiário em caráter extraordinário, a título de premiação.

Período de carência

O direito às Ações Virtuais de Retenção ficará sujeito ao cumprimento, pelo Beneficiário, da Condição de Serviço, isto é, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado, administrador ou prestador de serviço da Companhia ou de sociedade sob seu Controle durante cada um dos Períodos de Carência abaixo:

- (i) 25% (vinte e cinco por cento) das Ações Virtuais de Retenção terão cumprido seu Período de Carência no 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga* (“1º Período de Carência”);
- (ii) 25% (vinte e cinco por cento) das Ações Virtuais de Retenção terão cumprido seu Período de Carência no 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga* (“2º Período de Carência”);
- (iii) 25% (vinte e cinco por cento) das Ações Virtuais de Retenção terão cumprido seu Período de Carência no 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga* (“3º Período de Carência”); e
- (iv) 25% (vinte e cinco por cento) das Ações Virtuais de Retenção terão cumprido seu Período de Carência no 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga* (“4º Período de Carência”).

* Dia 1º de janeiro de 2024, ou outra data que venha a ser definida no Contrato de Outorga do Beneficiário;

<u>Data da outorga</u>	<u>Quantidade de ações outorgadas</u>	<u>Apropriação acumulada do plano</u>
01/01/2024	75.400.000	52.450

A Companhia reconhece no resultado do período/exercício despesas com pessoal relativas às outorgas do Plano em contrapartida da rubrica de Obrigações sociais no passivo, com base no valor justo das ações virtuais outorgadas. As despesas reconhecidas no resultado do período findo em 31 de março de 2025 totalizaram R\$ 10.415 (R\$ 17.425 em 31 de março de 2024).

28 Receita líquida de serviços prestados

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Contraprestações brutas	7.611.959	7.078.185
Receitas com outras atividades	222.367	218.467
(-) Tributos sobre receita	(232.074)	(232.183)
(-) Descontos incondicionais concedidos e outras deduções	(102.743)	(73.022)
Total	7.499.509	6.991.447

29 Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Custo médico-hospitalar e outros	(4.422.888)	(4.046.695)
Variação da PEONA	(24.047)	(978)
Custo com material e medicamentos	(580.135)	(584.819)
Custo com localização e funcionamento	(267.233)	(235.388)
Custo com serviços de terceiros	(123.741)	(92.636)
Custo com depreciação e amortização	(120.552)	(112.265)
(-) Coparticipação	248.056	208.214
Ressarcimento SUS	(71.429)	(56.167)
Variação da PEONA SUS	(340)	3.821
Total	(5.362.309)	(4.916.913)

30 Despesas de vendas

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Despesas com publicidade e propaganda	(14.134)	(12.511)
Despesas com comissões	(313.666)	(315.796)
Provisão para perdas e perdas efetivas sobre créditos	(142.214)	(170.688)
Despesas com pessoal próprio	(64.708)	(43.557)
Outras despesas de vendas	(23.231)	(8.668)
Total	(557.953)	(551.220)

31 Despesas administrativas

	Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024
Despesa com pessoal próprio	(40.825)	(32.040)
Despesas com plano de <i>stock option</i> (Nota nº 27)	(5.932)	(24.435)
Despesas com plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (Nota nº 27)	(10.415)	(17.425)
Despesa com serviços de terceiros	(3.783)	(5.930)
Despesa com localização e funcionamento	(646)	(886)
Despesas com depreciação e amortização	(193.137)	(194.233)
Despesa com tributos	(174)	(147)
Indenização, custas processuais e provisões para contingências	(843)	(1.548)
Receitas (Despesas) diversas, líquidas	(1)	(28)
Total	(255.756)	(276.672)

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
referentes ao período de três meses findo em
31 de março de 2025

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Despesa com pessoal próprio	(291.085)	(257.902)
Despesas com plano de <i>stock option</i> (Nota nº 27)	(5.932)	(24.435)
Despesas com plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (Nota nº 27)	(10.415)	(17.425)
Despesa com serviços de terceiros	(186.448)	(194.029)
Despesa com localização e funcionamento	(73.585)	(68.325)
Despesas com depreciação e amortização	(433.812)	(431.607)
Despesa com tributos	(27.152)	(24.291)
Indenização, custas processuais e provisões para contingências	(142.767)	(93.425)
Receitas (Despesas) diversas, líquidas	(2.070)	(10.485)
Total	(1.173.266)	(1.121.924)

32 Receitas (Despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações. exceto ativos garantidores	155	5.076	160.044	95.854
Receita financeira de aplicações – Ativos garantidores	-	-	117.348	90.451
Outras receitas de aplicações financeiras	-	-	-	1
Recebimento em atraso	-	-	31.878	29.169
Receitas com instrumentos financeiros derivativos - Dívida	-	-	22.772	18.996
Receita com variação cambial	-	-	19.514	1
Receitas com atualizações monetárias SUS	-	-	650	16.301
Receitas com outras atualizações monetárias	420	-	72.796	18.189
Outras receitas financeiras	346	993	6.563	6.634
Subtotal – Receitas financeiras	921	6.069	431.565	275.596

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Despesas financeiras				
Juros de debêntures	(347.662)	(245.523)	(346.444)	(252.487)
Juros de direito de uso	(4)	(5)	(91.032)	(80.495)
Descontos concedidos	-	-	(4.558)	(4.341)
Despesas bancárias	(97)	(120)	(8.304)	(8.391)
Encargos sobre tributos	-	-	(43)	(60)
Despesas financeiras com instrumentos derivativos - Dívida	-	-	(41.128)	(11.936)
Despesa de variação cambial	-	-	(1)	(7.221)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e notas comerciais	(4.158)	-	(84.350)	(72.947)
Despesas com atualizações monetárias SUS	-	-	(18.471)	(29.817)
Despesas com outras atualizações monetárias	(24)	-	(104.236)	(55.643)
Encargos sobre JCP recebidos	(36.334)	-	(36.334)	-
Outras despesas financeiras	(3.161)	(3.883)	(8.102)	(8.475)
Subtotal – Despesas financeiras	(391.440)	(249.531)	(743.003)	(531.813)
Total – Resultado financeiro líquido	(390.519)	(243.462)	(311.438)	(256.217)

33 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

Uma vez que os valores apurados nas Demonstrações financeiras intermediárias individuais não são relevantes, a seguir é apresentada a conciliação das Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas:

	<u>31/03/2025</u>		<u>31/03/2024</u>	
(Prejuízo)/Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social		121.732		151.442
Alíquotas				
IRPJ. acrescido do adicional de alíquota		25%		25%
CSLL		9%		9%
Créditos (Débitos) com imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas oficiais		41.389		51.490
Diferenças permanentes				
Prejuízo fiscal sobre o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	14,92%	18.164	0,46%	702
Ajuste de Dívida Combinação de Negócio	-	-	-0,03%	(46)
Provisões indedutíveis	3,83%	4.668	5,09%	7.704
Outras adições e exclusões	2,65%	3.229	9,36%	14.169
Subtotal	21,41%	26.061	14,88%	22.529
Imposto de renda e contribuição social	55,41%	67.450	48,88%	74.019
Imposto de renda corrente	34,01%	41.397	52,95%	80.193
Contribuição social corrente	12,26%	14.923	19,03%	28.824
Imposto de renda diferido	6,28%	7.645	-16,16%	(24.477)
Contribuição social diferido	2,86%	3.485	-6,95%	(10.521)
Imposto de renda e contribuição social	55,41%	67.450	48,88%	74.019

A seguir são apresentadas as movimentações do passivo a pagar de imposto de renda e contribuição social referentes ao período findo em 31 de março de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício	30.300	28.261
Imposto de renda e contribuição social apurados	56.320	119.255
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	111.479	201.764
Imposto de renda e contribuição social retidos	(8.387)	(68.372)
(-) Pagamentos efetuados	(103.053)	(250.608)
Saldo no final do período/exercício	86.659	30.300

A Companhia e suas controladas não reconheceram despesas de imposto de renda e contribuição social diretamente no patrimônio líquido.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

b.1 Movimentação

A seguir são apresentadas as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos referentes ao período findo em 31 de março de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/03/2025
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	706	215	921	154	1.075
Crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa	786.970	334.908	1.121.878	(6.525)	1.115.353
Custo de emissão de debêntures	(8.774)	(3.782)	(12.556)	723	(11.833)
Imposto diferido sobre direito de uso	6	-	6	(8)	(2)
Despesas com plano de pagamento baseado em ações	205.464	7.676	213.140	(3.067)	210.073
Amortização do valor justo - Ativos adquiridos em combinação de negócios	510.752	263.031	773.783	86.526	860.309
Outros créditos/débitos fiscais	(26.415)	(122)	(26.537)	(207)	(26.744)
Total	1.468.709	601.926	2.070.635	77.596	2.148.231

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/03/2025
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	278.551	97.947	376.498	13.315	389.813
Provisão para perdas sobre créditos	240.479	(83.749)	156.730	(11.705)	145.025
Despesas de comissões diferidas	(93.776)	(4.103)	(97.879)	(1.384)	(99.263)
Crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	1.326.781	428.762	1.755.543	(20.816)	1.734.727
Amortização do valor justo - Ativos adquiridos em combinação de negócios	744.064	118.118	862.182	57.909	920.091
Imposto diferido sobre ágio em combinação de negócios (ii)	(1.263.524)	(457.468)	(1.720.992)	(104.230)	(1.825.222)
Imposto diferido sobre direito de uso	175.747	24.349	200.096	7.190	207.286
Custo com emissão de debêntures	(18.711)	(2.540)	(21.251)	1.034	(20.217)
Despesas com plano de pagamento baseado em ações	205.463	7.675	213.138	(3.067)	210.071
Outros créditos fiscais	588.077	(418.802)	169.275	50.624	219.899
Total	2.183.151	(289.811)	1.893.340	(11.130)	1.882.210
Ativo fiscal diferido	3.222.474		3.614.332		3.707.432
Passivo fiscal diferido	(1.039.323)		(1.720.992)		(1.825.222)

- (i) Somente foram computadas no cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos as movimentações das entidades para as quais é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os respectivos benefícios.
- (ii) Passivo fiscal diferido constituído sobre a amortização fiscal do ágio decorrente de combinações de negócios, conforme artigo 22 da Lei 12.973/14.

b.2 Expectativa de realização dos tributos diferidos

Abaixo são apresentados os prazos de expectativa para a realização dos tributos ativos diferidos do Grupo, baseados no mesmo estudo de realização preparado pela Companhia e suas controladas para o cálculo de recuperabilidade do ágio:

	Controladora 31/03/2025	Consolidado 31/03/2025
2025	-	197.271
2026	-	197.271
2027	-	214.618
2028	225.977	370.743
2029	393.280	648.300
A partir de 2030	1.528.975	2.079.231
Total	2.148.231	3.707.432

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável que representam um direito sem prazo para prescrição, nos termos

da legislação vigente. As avaliações de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias realizadas pela Companhia e suas controladas e aprovadas pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com informações financeiras projetadas, elaboradas pela Administração. Esse planejamento estratégico, baseia-se em uma reestruturação societária de forma a suportar a realização dos referidos tributos. Os passos e planos da referida reestruturação societária estão devidamente aprovadas pela Administração da Companhia que possui intenção e capacidade de implementação deste plano, de modo a realizar os referidos saldos de impostos diferidos ativos. Mediante a concretização desses planos, a Administração espera apropriar substancialmente os créditos fiscais sobre o *goodwill* oriundo das combinações de negócios já concluídas e ter um maior volume de realização dos créditos entre os exercícios de 2025 a 2030.

Os principais pilares desse planejamento são: a) Implantação de sistemas proprietários; b) Reorganização societária mirando otimização fiscal e sinergias; e c) Realização dos tributos diferidos e consumo dos estoques atuais de ágios.

Estima-se a incorporação das controladas operacionais a partir de 2028, para geração de lucros tributáveis futuros na Controladora e realização dos ativos fiscais diferidos.

Além disso, a Companhia e suas controladas têm realizado parte do imposto diferido por meio de subsidiárias do Grupo que apresentam lucro tributável ao longo do período.

34 Instrumentos financeiros

(i) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e suas controladas utilizam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*), conforme apresentado na nota explicativa nº 6 (c), que são utilizadas nas técnicas de avaliação.

No período findo em 31 de março de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não efetuaram transferência entre ativos financeiros, tampouco houve transferência entre níveis hierárquicos.

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia de avaliação:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
referentes ao período de três meses findo em
31 de março de 2025*

31 de março de 2025	Consolidado						
	Valor contábil			Valor justo			
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	VJORA	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras - Fundos de investimentos	-	9.181.677	-	9.181.677	9.181.677	-	9.181.677
Instrumentos financeiros derivativos – Ponta ativa		2.560		2.560	2.560	-	2.560
Total	-	9.184.237	-	9.184.237	9.184.237	-	9.184.237
Ativos financeiros não mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras – Certificado de Depósito Bancário (CDB)	197.062	-	-	197.062	-	-	-
Aplicações financeiras - Letra Financeira do Tesouro (LFT)	77.101	-	-	77.101	-	-	-
Total	274.163	-	-	274.163	-	-	-
Passivos financeiros não mensurados a valor justo							
Empréstimos e financiamentos (ii)	(265.083)	-	-	(265.083)	-	-	-
Debêntures (ii)	(10.622.238)	-	-	(10.622.238)	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI (ii)	(2.257.092)	-	-	(2.257.092)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	(605)	-	-	(605)	-	-	-
Arrendamentos a pagar	(3.637.727)	-	-	(3.637.727)	-	-	-
Total	(16.782.745)	-	-	(16.782.745)	-	-	-
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos – Ponta passiva	-	(17.195)	(187.114)	(204.309)	(204.309)	-	(204.309)
Contraprestação contingente (i)	-	(769.402)	-	(769.402)	-	(769.402)	(769.402)
Total	-	(786.597)	(187.114)	(973.711)	(204.309)	(769.402)	(973.711)

31 de dezembro de 2024	Consolidado						
	Valor contábil			Valor justo			
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	VJORA	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras - Fundos de investimentos	-	8.356.556	-	8.356.556	8.356.556	-	8.356.556
Instrumentos financeiros derivativos – Ponta ativa		12.579		12.579	12.579	-	12.579
Total	-	8.369.135	-	8.369.135	8.369.135	-	8.369.135
Ativos financeiros não mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras – Certificado de Depósito Bancário (CDB)	225.941	-	-	225.941	-	-	-
Aplicações financeiras - Letra Financeira do Tesouro (LFT)	74.850	-	-	74.850	-	-	-
Aplicações financeiras – Outras aplicações	904	-	-	904	-	-	-
Total	301.695	-	-	301.695	-	-	-
Passivos financeiros não mensurados a valor justo							
Empréstimos e financiamentos (ii)	(289.035)	-	-	(289.035)	-	-	-
Debêntures (ii)	(10.291.199)	-	-	(10.291.199)	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI (ii)	(2.174.457)	-	-	(2.174.457)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	(605)	-	-	(605)	-	-	-
Arrendamentos a pagar	(3.764.992)	-	-	(3.764.992)	-	-	-
Total	(16.520.288)	-	-	(16.520.288)	-	-	-
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos – Ponta passiva	-	(16.946)	(184.283)	(201.229)	(201.229)	-	(201.229)
Contraprestação contingente (i)	-	(846.236)	-	(846.236)	-	(846.236)	(846.236)
Total	-	(863.182)	(184.283)	(1.047.465)	(201.229)	(846.236)	(1.047.465)

- (i) Contraprestações contingentes (obrigações contratuais, líquidas de seus respectivos ativos indenizatórios) conforme apresentadas na nota explicativa nº 25 (a).
- (ii) As mensurações pelo custo amortizado e pelo valor justo dos empréstimos, financiamentos, debêntures e Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI da Companhia possuem montantes aproximados.

Os valores de caixa e equivalente a caixa, contas a receber e fornecedores não estão incluídos na tabela acima por ter o seu valor contábil próximo do seu valor justo devido aos vencimentos desses instrumentos financeiros no curto prazo.

As aplicações financeiras em CDB têm valor justo similar ao valor contábil registrado, pois possuem carência de até 90 dias, são remuneradas por taxas de juros indexadas à curva do DI (Depósitos Interfinanceiros) e são emitidos por instituições financeira de primeira linha.

(ii) Mensuração a valor justo

Os ativos e passivos avaliados a valor justo são mensurados da seguinte forma:

a) Fundos de investimento

Obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras.

b) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nos valores divulgados pelas instituições financeiras.

(iii) Gerenciamento de risco

(a) Riscos de mercado

A Companhia e suas controladas possuem uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

A política de investimentos possui as seguintes premissas: (i) limitar a exposição a Riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e legal quanto às Aplicações Financeiras, garantindo a preservação do patrimônio de longo prazo da Companhia e suas controladas; (ii) manter uma gestão eficiente e otimizada a fim de garantir a suficiência de caixa; (iii) não transacionar derivativos de qualquer natureza ou moedas estrangeiras e ativos financeiros com exposição cambial, ressalvadas quando tiverem por finalidade constituição de *hedge* para passivos financeiros ou operacionais; (iv) investir por meio de entidades da Companhia e suas controladas ou, indiretamente, por meio de fundos de investimentos abertos, restritos ou dedicados, dos quais sejam cotistas de: a) títulos públicos federais; b) títulos ou valores mobiliários emitidos por instituição financeira (CDBs, LF, LCI, LCA, DPGE, CCBs e demais produtos de renda fixa); c) títulos ou valores mobiliários emitidos por companhias abertas (debêntures, notas Promissórias, CRI, CRA, afins); d) compromissadas lastreadas nos ativos mencionados anteriormente; e e) alocação dos Ativos Garantidores, ou Aplicações Financeiras Vinculadas, deverá seguir os limites de concentração de acordo com a RN ANS 392 e atualizações posteriores.

Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

O risco de mercado também contempla o acompanhamento pela Companhia e suas controladas do risco de taxa de juros de forma tempestiva, sendo monitoradas eventuais oscilações e, quando aplicável, avaliadas contratações de instrumentos de proteção.

Análise de sensibilidade – Instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas possuem a seguinte sensibilidade de seus ativos e passivos financeiros com base na variação da taxa básica de juros da economia (CDI), cujos impactos estão projetados nos cenários abaixo. A Companhia e suas controladas consideram o CDI divulgado referente à data-base 31 de março de 2025 como cenário provável.

			Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário (Provável)	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
	31/03/2025	Risco CDI	7,08%	10,61%	14,15%	17,69%	21,23%
Aplicações financeiras							
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	3.742.014	114,15% CDI	264.747	397.121	529.495	661.869	794.242
Saldo de aplicações financeiras (livres)	5.713.826	114,15% CDI	404.253	606.380	808.506	1.010.633	1.212.760
Total	9.455.840						
	31/03/2025	Risco CDI	7,08%	10,61%	14,15%	17,69%	21,23%
Empréstimos e financiamentos							
Capital de giro	265.083	114,15% CDI	18.755	28.132	37.509	46.886	56.264
Total	265.083						
	31/03/2025	Risco CDI	7,08%	10,61%	14,15%	17,69%	21,23%
Debêntures							
Debêntures – Série 2 – 1ª Emissão – Hapvida Part.	241.911	114,15% CDI	17.115	25.673	34.230	42.788	51.346
Debêntures – Série 1 – 2ª Emissão – Hapvida Part.	1.315.111	114,15% CDI	93.044	139.566	186.088	232.610	279.132
Debêntures – Série 2 – 2ª Emissão – Hapvida Part.	1.316.161	114,15% CDI	93.118	139.678	186.237	232.796	279.355
Debêntures – 3ª Emissão – Hapvida Part.	2.095.623	114,15% CDI	148.265	222.398	296.531	370.663	444.796
Debêntures – 5ª Emissão – Hapvida Part.	1.030.672	114,15% CDI	72.920	109.380	145.840	182.300	218.760
Debêntures – 7ª Emissão – Hapvida Part.	1.045.550	114,15% CDI	73.973	110.959	147.945	184.932	221.918
Debêntures – 8ª Emissão – Hapvida Part.	2.101.145	114,15% CDI	148.656	222.984	297.312	371.640	445.968
Debêntures – 4ª Emissão – Hapvida Part. (*)	49.119	114,15% CDI	3.475	5.213	6.950	8.688	10.426
Debêntures – 5ª Emissão – Hapvida Part. (*)	154.190	114,15% CDI	10.909	16.363	21.818	27.272	32.727
Debêntures – 6ª Emissão – Hapvida Part. (*)	1.272.756	114,15% CDI	90.047	135.071	180.095	225.119	270.142
Total	10.622.238						
	31/03/2025	Risco CDI	7,08%	10,61%	14,15%	17,69%	21,23%
		CDI	7,08%	10,61%	14,15%	17,69%	21,23%
	31/03/2025	IPCA	2,74%	4,11%	5,48%	6,85%	8,22%
Certificado de Recebíveis Imobiliários							
CRI - Série única – Hapvida Assistência Médica	1.188.134	5,48% IPCA	32.555	48.832	65.110	81.387	97.665
CRI - Série 1 – NDI Saúde	554.579	114,15% CDI	39.236	58.855	78.473	98.091	117.709
CRI - Série 2 - NDI Saúde	407.145	5,48% IPCA	11.156	16.734	22.312	27.889	33.467
CRI - Série 3 - NDI Saúde	107.234	5,48% IPCA	2.938	4.407	5.876	7.346	8.815
Total	2.257.092						

(*) Debêntures cedidas em 2023 pela controlada BCBF Participações S.A. à Companhia, passando a Companhia a figurar como emissora das respectivas debêntures, para todos os fins e efeitos.

Análise de sensibilidade – úgio

Uma análise da sensibilidade da Companhia e suas controladas a um aumento ou a uma redução de 0,5% nas principais premissas utilizadas no último cálculo anual de recuperabilidade da UGC, na

data-base de 31 de dezembro de 2024, assumindo que todas as outras variáveis se mantenham constantes, está apresentada abaixo.

31 de dezembro de 2024

Premissa significativa afetada por eventual deterioração	Sensibilização da premissa	Impacto
Margem operacional - Sinistralidade	Redução de 0,50%	Valor em uso > <i>Carrying amount</i> = 6.284.373
Taxa de desconto	Aumento de 0,50%	Valor em uso > <i>Carrying amount</i> = 2.696.525
Taxa de crescimento na perpetuidade	Redução de 0,50%	Valor em uso > <i>Carrying amount</i> = 5.004.359

(b) Riscos de subscrição

O risco de subscrição compreende o risco de seguro, o risco de comportamento dos detentores de apólice e o risco de despesa.

- **Risco do seguro:** o risco transferido do segurador para a Companhia. que não seja o risco financeiro. O risco do seguro surge da incerteza inerente sobre a ocorrência, o valor ou o momento dos sinistros.
- **Risco de comportamento dos detentores de apólice:** o risco de que um detentor de apólice cancele um contrato (isto é, caducidade ou risco de persistência), aumente ou reduza os prêmios, retire depósitos ou anule um contrato mais cedo ou mais tarde do que o esperado.
- **Risco de despesa:** o risco de aumentos inesperados nos custos administrativos associados ao atendimento de um contrato (e não nos custos associados aos eventos do segurado).

Política de precificação

Empresas que operam negócios de planos de saúde e odontológicos estão expostas a riscos relacionados à volatilidade dos custos. Os planos odontológicos são menos sensíveis que os planos de saúde, devido à menor frequência de uso e menor complexidade dos tratamentos.

Quando a Companhia e suas controladas desenvolvem um novo produto, são analisadas diversas variáveis para definir o preço desse produto. como a área demográfica onde o produto será oferecido, a frequência dos beneficiários para aquela área com base em dados históricos e os custos dos principais *inputs* da área na qual o produto será vendido (médicos, profissionais de saúde, preço de mercado dos principais procedimentos). Com base nessas análises, a Companhia e suas controladas determinam o preço dos planos de saúde e odontológico.

Cada empresa de médio e grande portes possui sua taxa de sinistralidade calculada anualmente, quando a Companhia e suas controladas estão negociando os reajustes de preço de planos de saúde e/ou odontológico (clientes individuais são regulados pela ANS). Com base nos resultados históricos de utilização da rede de atendimento controlada por biometria, e com base nas expectativas de custo relacionadas a esses clientes, é determinado o aumento de preço desse contrato. Essa prática mitiga o risco do cliente de trazer perdas constantes para a Companhia e suas controladas.

Em relação a planos individuais, o preço dos produtos considera um valor adicional porque esse tipo de cliente historicamente tem maior uso da rede de serviços.

Análise de sensibilidade

Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é avaliar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos ou insuficiência de preços.

As análises de sensibilidade a seguir, simulam os possíveis impactos no resultado e no patrimônio líquido, de alterações em parâmetros operacionais antes e depois da contratação:

	31 de março de 2025 - Consolidado	
	Efeito no resultado antes dos impostos	Efeito no resultado após impostos e impacto no PL
Aumento de 5% nos sinistros	(268.115)	(176.956)
Aumento de 5% nas despesas administrativas e vendas	(86.561)	(57.130)
Redução de 5% nos sinistros	268.115	176.956
Redução de 5% nas despesas administrativas e vendas	86.561	57.130

(c) Riscos operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional tem o objetivo de mitigar a materialização de riscos que possam resultar em prejuízos à qualidade das operações durante a disponibilização da cobertura contratada e/ou a prestação de serviços. A identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizada através do mapeamento dos fluxos organizacionais, de modo que, quando identificados, procede-se à quantificação dos impactos de tais riscos, considerando o padrão esperado quanto à sua frequência e gravidade por meio de metodologias específicas aplicáveis a cada risco avaliado.

Cabe ressaltar que ações mitigatórias são relevantes para propiciar um ambiente com maior estabilidade e controle, na medida em que tem propósito efetivamente preventivo. Nesse sentido, a implantação de protocolos de procedimentos que orientam a atuação dos profissionais que atuam na operação dá uma relevante contribuição para que os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas áreas responsáveis pela elaboração dos manuais. Adicionalmente, existem áreas de controle com funcionamento 24 horas que monitoram em tempo real os principais indicadores de atendimento ao usuário nas unidades de rede própria da Companhia e suas controladas. Ambas as ferramentas são importantes instrumentos para identificação de situações fora do padrão esperado, permitindo uma atuação ágil e eficaz da administração antes que ocorram desdobramentos com impactos na operação.

(d) Riscos de créditos

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e aplicações financeiras.

Contas a receber

O risco de crédito para a Companhia e suas controladas é considerado como baixo pela Administração, principalmente para a operadora de planos de saúde em que as mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços. A maior parte do risco do contas a receber da Companhia e suas controladas é relacionado ao período de cobertura. Além disso, para reduzir o risco de pagar os custos do tratamento sem o recebimento, a Operadora adota a prática do cancelamento dos planos em atraso, conforme regulamentado pela ANS para a operadora de planos de saúde.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que consiste na utilização de fatores relacionados às perdas observadas em séries temporais recentes, ajustando as taxas históricas de perdas de modo a refletir as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras em relação a contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionadas a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Companhia e suas controladas avaliem não ser possível recuperar o montante devido; nesta ocasião, os montantes são considerados irre recuperáveis e são registradas contra o ativo financeiro diretamente.

De forma geral, a Companhia e suas controladas mitigam seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, a Companhia e suas controladas cancelam os planos de acordo com as regras da ANS.

Aplicações financeiras

Em relação aos riscos de créditos relacionados às aplicações financeiras, abaixo é apresentado o quadro com informações quantitativas relativas à exposição máxima ao risco, incluindo as informações sobre os *ratings* das instituições financeiras contrapartes das aplicações da Companhia e suas controladas:

			Ratings das instituições financeiras (*)					
	31/03/2025	31/12/2024	Fitch (*)		Moody's (*)		S&P (*)	
			CP	LP	CP	LP	CP	LP
Banco Itaú Unibanco S.A.	3.166.945	3.670.809	F1+	AAA	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Banco Santander S.A.	3.366.785	2.859.893	-	-	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Banco Bradesco S.A.	1.210.622	494.969	F1+	AAA	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Caixa Econômica Federal	91.286	82.016	F1+	AA	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Banco do Brasil S.A.	607.095	554.530	F1+	AA	BR-1	Aaa.br	brB	brB
Banco Safra S.A.	18.218	23.145	-	-	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Banco Votorantim	2.750	2.872	-	AAA	-	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Credit Suisse	77.113	74.862	F1+	AAA	BR-1	Aaa.br	brB	brB
BTG Pactual	827.685	810.200	F1+	AAA	-	Aaa.br	-	-
Outras instituições	87.341	84.955	-	AAA	-	Aaa.br	-	-
Total	9.455.840	8.658.251						

(*) Última divulgação. Escala Nacional.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de caixa de R\$ 495.034 em 31 de março de 2025 (R\$ 596.753 em 31 de dezembro de 2024), composto majoritariamente por saldos em caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch, além de possuírem conversibilidade imediata em caixa e estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(e) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso das saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores). A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus serviços. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

Quanto à exposição ao risco de liquidez, são apresentados a seguir os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data-base:

	Notas	Fluxos de caixa contratuais					Total
		Valor contábil	2025	2026	2027	2028 em diante	
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	307.090	307.090	-	-	-	307.090
Provisões técnicas (i)	21	960.086	960.086	-	-	-	960.086
Empréstimos, financiamentos, debêntures e CRI	19	13.144.413	2.382.909	2.898.269	2.884.585	14.311.607	22.477.370
Arrendamentos a pagar	20	3.637.727	415.056	531.739	498.055	9.198.351	10.643.201
Outras contas a pagar	25	1.473.257	206.091	1.267.166	-	-	1.473.257
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	605	605	-	-	-	605
Total		19.523.178	4.271.837	4.697.174	3.382.640	23.509.958	35.861.609

- (i) Composto pelas provisões de eventos a liquidar, conforme nota explicativa nº 21.

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Companhia e suas controladas, e são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas tenham caixa suficiente para atender às necessidades legais e operacionais. Essa previsão leva em consideração a geração de caixa da Companhia e suas controladas.

Gerenciamento de risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso das saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores). A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de

entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus serviços. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de *hedge*

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros. A gestão de risco é realizada de forma centralizada pela Vice-Presidência Financeira com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam a Companhia e suas controladas.

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de reduzir a exposição a oscilações de taxas de juros e cambiais (*SWAP* taxa de juros e *SWAP* cambial), não possuindo propósito especulativo.

As atividades de *hedge* da Companhia e suas controladas, em decorrência da menor exposição a oscilações, trazem maior precisão quanto a previsões de fluxos de caixa futuros.

A Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, em consonância com o IAS 39, para os seus *swaps* de taxa de juros IPCA x CDI destinados à cobertura da dívida financeira da 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Ultra Som Serviços Médicos S.A. (incorporada na Hapvida Assistência Médica S.A.) e para seus *swaps* de proteção cambial. Nessa sistemática, os saldos são registrados da seguinte forma:

- (i) a parcela efetiva do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e
- (ii) a parcela inefetiva do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

O valor justo dos contratos de fluxo de caixa é apresentado em conta do balanço patrimonial (ativo, passivo e Patrimônio Líquido). Para as operações de *hedge* em aberto, a Companhia e suas controladas efetuaram o cálculo do valor de mercado – MTM (*Mark to Market*). A Companhia e suas controladas aplicam a opção de designar uma exposição de crédito mensurada pelo Valor Justo por meio do resultado (VJR). Na última data-base anual de 31 de dezembro de 2024, a efetividade das estruturas de *hedge* eram de 98,87%.

Abaixo são demonstradas as aberturas dos contratos de *swap* da Companhia e suas controladas, bem como seus valores justos na data-base:

Instrumento	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor justo	Nocional (R\$)	Posição em 31/03/2025	Posição em 31/12/2024
Swap taxa de juros	Dez/31	IPCA + 5,7505% a.a.	107,50% CDI	(91.182)	503.475	(91.182)	(90.083)
Swap taxa de juros	Dez/31	IPCA + 5,7505% a.a.	107,50% CDI	(110.453)	617.303	(110.453)	(111.146)
Swap cambial	Fev/26	US\$ + 6,01% a.a.	CDI + 1,37% a.a.	2.560	260.000	2.560	12.579
Swap cambial	Fev/26	US\$ + 6,01% a.a.	CDI + 1,37% a.a.	(2.674)	260.000	(2.674)	-
Total				(201.749)		(201.749)	(188.650)
					Ativo	2.560	12.579
					Passivo	(204.309)	(201.229)

Abaixo é demonstrada a movimentação dos instrumentos financeiros derivativos *swap* de juros dos novos contratos:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício – Passivo/(Ativo)	201.229	25.088
<i>Accrual</i>	(2.424)	7.660
Valor de mercado – MTM	2.831	168.481
Saldo ao final do período/exercício - Passivo/(Ativo)	201.635	201.229

Em 31 de março de 2025, como parte da avaliação prospectiva de efetividade, a Administração efetuou análise da relação econômica de suas estruturas de *hedge* e não identificou impactos relevantes nas relações de *hedge*. Assim, as transações de *hedge* foram consideradas efetivas.

35 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

O detalhamento da cobertura de seguros da Companhia e suas controladas é composto conforme demonstrado abaixo:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios. Instalações. máquinas. móveis. utensílios e estoques	Incêndio (inclusive decorrente de tumultos, greves e lock-out), queda de raio, explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis.	712.694
D&O	Responsabilidade civil. diretores. administradores e conselheiros.	100.000
Cyber	Seguro risco cibernético.	32.000
Litígios judiciais	Litígios judiciais nas esferas cível, fiscal e trabalhista, e fiança de aquisições e jurídica fiscal.	3.743.924
Frota de Veículos	Automóveis	100% Tabela FIPE por veículo
Funcionários	Estagiários, invalidez, assistência funeral.	Variável conforme faixa salarial
Seguro Garantia	Garantias sobre contratos de clientes.	1.521
Outros seguros	Adm. Tributário, Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços.	27.154

36 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Direito de uso - Adições/baixas e remensurações	166	1	81.583	272.236

37 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Regulatório

Para operar no mercado de planos de saúde regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as operadoras de saúde devem respeitar índices de solvência, conforme dispostos pela RN 569/22. O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), por exemplo precisa ser superior à exigência legal do Capital Baseado em Riscos (CBR). O PLA é calculado considerando o patrimônio líquido menos i) participações diretas ou indiretas em outras entidades reguladas; ii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas; iii) despesas diferidas; iv) antecipadas; v) do ativo não circulante intangível; e, vi) do valor do *goodwill* das participações diretas ou indiretas de demais entidades não reguladas, conforme indicado no art. 7.º da RN 569/2022.

As operadoras controladas da Companhia adotaram antecipadamente o modelo padrão de CBR na apuração do capital regulatório. Portanto, conforme critérios previstos no art. 9º da Seção II do Capítulo III da RN 569/2022, a apuração dos seus capitais regulatórios, a partir de janeiro de 2023, considerou o maior valor entre os valores do Capital Base e o CBR. O CBR considera os seguintes riscos: (i) Risco de Subscrição; (ii) Risco de Crédito; (iii) Risco Operacional/Legal; e (iv) Risco de Mercado.

No período findo em 31 de março de 2025, a solvência consolidada, quando observada de forma agregada envolvendo as operadoras controladas pela Companhia, atingiu a suficiência indicada a seguir:

	Consolidado
	31/03/2025
Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) (A)	9.391.098
Capital Baseado em Risco (CBR) (B)	4.394.961
Suficiência apurada (A) – (B)	4.996.137

38 Eventos subsequentes

- (i) *Plano de ações híbridas (Plano Híbrido) – Aditamento ao Plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (Plano Original)*

Em 30 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) o aditamento do Plano Original da Companhia, que passou a se chamar Plano Híbrido.

O aditamento não alterou a estrutura básica do Plano Original, tendo apenas incluído uma nova possibilidade de escolha pelo beneficiário do plano quando do momento da liquidação de suas Ações Virtuais de Retenção. O Plano Híbrido possibilita que a liquidação seja feita mediante a entrega de ações da Companhia em adição à possibilidade de pagamento em dinheiro. A nova opção de liquidação é aplicável a todas as outorgas realizadas no Plano Original.

- (ii) *Emissão 9ª Debêntures – Hapvida Participações e Investimentos S.A.*

Em 24 de abril de 2025, o conselho de administração da Companhia aprovou a realização da 9ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, com garantia adicional fidejussória, no valor total de R\$ 1.500.000.

As Debêntures contarão com garantia fidejussória na forma de fiança outorgada por subsidiária integral da Companhia e serão objeto de oferta pública de distribuição nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 160, de 13 de julho de 2022, e demais disposições legais e regulatórias aplicáveis, sob o regime de garantia firme para o montante total da Emissão. A oferta

será direcionada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução da CVM n.º 30, de 11 de maio de 2021.

A Emissão será realizada em série única, sendo que as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interbancários - DI (Taxa DI), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 1,05% ao ano, base 252 dias úteis, com vencimento em 2032 e com amortização em parcela única em 16 de maio de 2032.

Os recursos líquidos a serem captados serão utilizados para o pré-pagamento parcial da 2.ª emissão de debêntures simples da Companhia (HAPV12) e o saldo remanescente, para outras ações de reperfilamento de dívida mirando sempre a otimização do custo ponderado.

A conclusão da Emissão e a liquidação financeira das Debêntures estão sujeitas ao atendimento de condições precedentes, como de praxe em operações similares.

(iii) Venda do Hospital e Maternidade Maringá S.A.

Em 30 de abril de 2025, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças para a venda da subsidiária Hospital e Maternidade Maringá S.A., para a Associação Beneficente Bom Samaritano.

O preço total de venda foi de R\$ 65,0 milhões, sendo R\$ 60,0 milhões em dinheiro e R\$ 5,0 milhões em serviços hospitalares a serem utilizados por beneficiários da Companhia, com parcela à vista e a prazo. A venda do Hospital Maringá está alinhada à estratégia de otimização da alocação de capital da Companhia e redirecionamento de foco operacional e comercial.

A conclusão da Transação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme previstas no respectivo contrato, incluindo a aprovação prévia pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Até 31 de março de 2025 não havia nenhuma formalização de contrato vinculativo de venda para quaisquer ativos da Companhia, assim como não havia comunicação ao mercado efetuada em nível hierárquico de gestão apropriado, que apontasse que a Companhia estivesse compromissada com um plano de venda para a alienação de ativos ou desta controlada especificamente. Embora houvesse uma intenção, as negociações e conclusão da venda ocorreram em período posterior à data-base de 31 de março de 2025, quando o ativo foi efetivamente colocado à venda por preço considerado razoável em relação ao seu valor justo corrente.

(iv) Grupamento de ações

Em 30 de abril de 2025, foram aprovados em Assembleia geral ordinária e extraordinária (AGOE) os procedimentos para implementação do grupamento das ações ordinárias da Companhia à razão de 15:1.

Conforme aprovado, mediante a implementação do grupamento, cada lote de 15 ações ordinárias de emissão da Companhia será agrupado em 1 ação ordinária, sem modificação da cifra do capital social, nos termos do artigo 12 da Lei n.º 6.404/76. Com isso, o capital social da Companhia, no valor de R\$ 39.121.274, passará a ser dividido em 502.630.884 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

* * *

Cândido Pinheiro Koren de Lima
Presidente do Conselho de Administração

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Presidente

Luccas Augusto Adib
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Fernando Miguel Augusto
Diretor de contabilidade
CRC SP-319932/O-0